



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LINHA DE PESQUISA ANÁLISE AMBIENTAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O PERÍODO DE DEFESO NA MANUTENÇÃO DOS
MEIOS DE VIDA E NA GESTÃO DA PESCA
ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE - RS**

MARIA CAROLINA DOLLO CONTATO

**RIO GRANDE (RS)
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LINHA DE PESQUISA ANÁLISE AMBIENTAL**

Maria Carolina Dollo Contato

**O PERÍODO DE DEFESO NA MANUTENÇÃO DOS MEIOS DE
VIDA E NA GESTÃO DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO
DE RIO GRANDE - RS**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação
em Geografia da
Universidade Federal de Rio
Grande – FURG como
requisito para a obtenção do
título de Mestre, sob
orientação do Prof. Dr. Pedro
Quevedo Neto**

**RIO GRANDE (RS)
2012**

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Patrizia Raggi Abdallah
Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso
Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Pedro de Souza Quevedo Neto
Universidade Federal do Rio Grande

**À minha família, por ser o pilar de
sustentação da minha existência e ao
meu filho que está a caminho.**

Agradecimentos

Agradeço a todos que se fizeram presentes em meu caminho nesta parte da minha jornada. Com certeza não foi uma etapa fácil de ser concluída mas a presença e ajuda de cada um de vocês fez com que o peso dessa realização fosse dividido.

Especialmente à minha família a qual não importa a distância física que nos separe, sempre faz com que o meu caminhar não seja solitário e da qual sem o apoio eu não teria chego a lugar nenhum.

Aos meus orientadores, primeiro à Professora Dra. Daniela Coswig Kalikoski e posteriormente ao Professor Dr. Pedro Quevedo Neto que assumiram a responsabilidade de me guiar durante esta etapa.

A todos os meus colegas de laboratório, os quais prefiro não citar o nome, com medo de que me esqueça de alguém e estabeleça qualquer tipo de diferença entre eles uma vez que todos foram igualmente importantes.

Não poderia deixar de agradecer ao meu marido e ao meu filho, que está a caminho, pelo companheirismo, paciência e horas de dedicação dispensados a mim e a realização deste trabalho. Aos meus cães, Chopp e Maya, por considerar que estão se graduando comigo, uma vez que foram meus fiéis companheiros nas infinitas horas dispensadas na frente do computador.

Por fim, agradeço aos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos, seja nas reuniões do Fórum ou em suas casas, sempre me receberam de braços abertos e me fizeram enxergar o infinito conhecimento que existe em sua cultura.

SUMÁRIO

Dedicatória.....	4
Agradecimentos.....	5
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Lista de Figuras.....	10
Lista de Tabelas.....	11
Capítulo 1 : Introdução.....	12
1.1 A gestão da pesca no Brasil.....	14
1.2 A pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos.....	16
1.3 O período de defeso no estuário da Lagoa dos Patos.....	20
1.4 Justificativa	25
1.5 Objetivos.....	27
2 Capítulo 2: Metodologia.....	28
2.1 Referencial teórico metodológico.....	28
2.1.1 Métodos de investigação.....	28
2.1.2 Meios de vida	31
2.2 Comunidades estudadas.....	36
2.3 Coleta e análise de dados:	38
2.3.1 Entrevistas Censo da Pesca Artesanal /Seleção de dados do Censo da Pesca Artesanal.....	38
2.3.2 Observação participativa/ Transcrição de informações obtidas em observação direta de reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos e nas comunidades de pescadores.....	39
2.3.3 Entrevistas semi-estruturadas (Análise de entrevistas semi-estruturadas.....	40
2.3.4 Levantamento de dados secundários/ Análise de documentos	43
Capítulo 3: Resultados e Discussão.....	45

3.1 A política nacional do seguro desemprego para o pescador artesanal.....	45
3.2 Aspectos legais do seguro desemprego para o pescador artesanal no estuário da Lagoa dos Patos.....	47
3.3 A relação do pescador artesanal do estuário da Lagoa dos Patos com o seguro desemprego.....	53
3.3.1 O incremento de renda proporcionado pelo seguro desemprego e a dependência dos pescadores a esse benefício.....	54
3.3.2 A diversificação de atividades do pescador artesanal para manutenção de seus meios de vida: o caso da Ilha da Torotama e da Vila São Miguel.....	62
3.4 A percepção dos pescadores artesanais acerca do período de defeso para manutenção da sustentabilidade ambiental	69
Capítulo 4: Considerações Finais	75
Referências Bibliográficas.....	78

RESUMO

A implementação de um período de defeso como medida de gestão deve atender a pré requisitos como a proteção de períodos reprodutivos e a redução de esforço de pesca. Com o estabelecimento do período de defeso surge ao pescador artesanal o direito ao recebimento do seguro desemprego durante a pausa na atividade pesqueira para a preservação das espécies. Este período foi estabelecido no estuário da Lagoa dos Patos no ano de 1998 e se mantém em vigor até os dias de hoje. Tal política tem um importante papel na manutenção dos meios de vida dos pescadores, uma vez que garante uma renda mínima numa época que não há retorno financeiro gerado pela pesca. O presente trabalho tem como objetivo entender o papel do seguro desemprego na manutenção dos meios de vida de duas comunidades de pescadores artesanais do município de Rio Grande, uma rural e uma urbana, estabelecendo o nível de dependência desses pescadores a este benefício e analisando a percepção destes pescadores acerca deste período. Para tal foram utilizadas entrevistas semi estruturadas em ambas as comunidades, além de observação participativa nas reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos e confrontação de dados com estudos já existentes. Como resultados foram identificados um alto nível de dependência ao seguro desemprego em ambas as comunidades, sendo a diversificação de atividades mais presentes na comunidade urbana, fazendo com que a mesma seja menos vulnerável às flutuações de safras. Uma vez identificado que o seguro desemprego para o pescador artesanal trata-se de um instrumento de manutenção de uma classe de trabalhadores e não de compensação por proibição de exercício de atividade por um determinado período, que é o seu verdadeiro papel, o estudo aponta a urgência de que algumas modificações nessa política sejam realizadas.

Palavras-chave: pesca artesanal, gestão, meios de vida.

ABSTRACT

The implementation of a closed season as a management measure must meet prerequisites as the protection of reproductive periods and reduction of fishing effort. With the establishment of the close season comes the artisanal fisherman right to receive unemployment insurance during the period of closure of fishing activities for species conservation. This period was established in the estuary of Patos Lagoon in 1998 and remains in force until the present day. This policy has an important role in the maintenance of livelihoods, since guarantees a minimum income front of the low financial returns generated by fishing. This study aims to understand the role of unemployment insurance in the maintenance of livelihoods of traditional fishermen in two communities of Rio Grande, a urban and a rural one, establishing the level of dependence of these fishermen to this benefit and analyzing the perception of fishermen about this period. For this semi-structured interviews were used in both communities, participant observation at meetings of the Forum of Patos Lagoon and confrontation of data with existing studies. The results identified a high level of dependence on unemployment in both communities and the diversification of activities in the greater urban community making it less vulnerable to the fluctuations in harvests. Once identified that unemployment insurance for the fisherman it is an instrument to maintain a class of workers and not a compensation by prohibiting financial activity for a specified period, which is their true role, the study highlights the urgency that some modifications are carried out in this policy.

Keywords: artisanal fisheries, management, livelihood.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fases institucionais da gestão dos recursos pesqueiros no Brasil.

Figura 2: Mapas de localização do estuário da Lagoa dos Patos

Figura 3: Desembarques provenientes da pesca artesanal por recurso e total no estuário da Lagoa dos Patos entre 1945 e 2005.

Figura 4: Esquema de triangulação de dados qualitativos

Figura 5: Estrutura analítica para o estudo de meios de vida sustentáveis

Figura 6: Localização das comunidades estudadas

Figura 7: Atuação na pesca e acesso ao seguro desemprego nas comunidades da Ilha da Torotama e da Vila São Miguel.

Figura 8: Correlação entre a vulnerabilidade a safra ruim e os níveis de dependência ao seguro desemprego em safras ruins (A) e boas (B), para o conjunto dos dados coletados na Ilha da Torotama e Vila São Miguel.

Figura 9: Nível de dependência da unidade familiar ao seguro desemprego dos pescadores artesanais nas comunidades da Ilha da Torotama e da Vila São Miguel.

Figura 10: Composição de renda e suas diferentes variáveis nas comunidades da Ilha da Torotama e da Vila São Miguel.

Figura 11: Porcentagem de pescadores adotando três diferentes estratégias como fonte principal de obtenção de renda.

Figura 12: Opinião dos pescadores a respeito da do calendário de pesca imposto pelo período de defeso

Figura 13: Opinião dos pescadores a respeito da existência do período do defeso e ao seguimento do calendário de pesca imposto por este período.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Períodos de pesca por espécie no estuário da Lagoa dos Patos

Tabela 2: Comparação entre métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa.

Tabela 3: Número de pedidos de Licença Ambiental para a Pesca no Estuário da Lagoa dos patos

Tabela 4: Rendimentos líquidos médios anuais provenientes da pesca e níveis de dependência das unidades familiares, considerando as situações hipotéticas de safras boas e ruins, na comunidade da Ilha da Torotama.

Tabela 5: Rendimentos líquidos médios anuais provenientes da pesca e níveis de dependência das unidades familiares, considerando as situações hipotéticas de safras boas e ruins, na comunidade da Vila São Miguel.

Tabela 6: Delineamento das safras de acordo com o atual calendário de pesca.

Capítulo 1 : Introdução

A pesca artesanal é responsável por um elevado nível de emprego nas comunidades litorâneas, sendo também importante na manutenção da grande diversidade cultural que está vinculada às atividades desenvolvidas pelos pequenos pescadores (Cardoso, 2001).

Como pesca artesanal entendemos a pesca realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil, que comporta ainda a produção de pescadores-agricultores. Trata-se de uma pesca realizada com tecnologias não muito sofisticadas, levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança (Cardoso, 2001).

Numa abordagem generalizada, o trabalhador “pescador artesanal” no Brasil é quase sempre destituído de poder de negociação. Para entender essa afirmativa, é necessário ressaltar o precário quadro econômico em que a atividade pesqueira artesanal tem vivido, principalmente nos últimos anos, marcado pela baixa renda formada pelo setor e com preocupação crucial, pela drástica redução do estoque de pescado, matéria prima essencial e motivo da existência da atividade (Teixeira e Abdallah, 2008).

A decadência do setor pesqueiro é um problema que se observa em nível mundial. De acordo com a FAO (2005), a produção pesqueira mundial na década de 1990 chegou a 94,6 milhões de toneladas, mas a taxa média de crescimento vem diminuindo ao longo do tempo, mesmo com o aumento do esforço de pesca. Há que se considerar também que, segundo estes dados, mais de 10% das espécies de interesse comercial capturadas no mundo não possuem dados consistentes de desembarques que permitam fazer avaliações mais confiáveis. Torna-se relevante destacar que entre 1970 e 1990, enquanto o esforço de pesca no mundo, em termos quantitativos, aumentou entre 200% e 300%, a produção aumentou em pouco mais de 30%. Esse esforço se refere ao aumento da frota operante e também ao aumento na efetividade das capturas com o aprimoramento das artes de pesca.

De acordo com a ONU (2002), os oceanos são explorados como nunca antes o foram. A maior parte das zonas de pesca do mundo já atingiu

o potencial máximo no que se refere a capturas de peixes. Hoje em dia, assiste-se a uma exploração excessiva de 25% das populações de peixes, enquanto cerca de 50% são plenamente utilizadas. Isto faz com que as capturas não possam aumentar se não em 25% das zonas. A pesca excessiva não só ameaça o equilíbrio e a viabilidade de todo o ecossistema marinho como reduz o crescimento econômico e compromete a segurança alimentar e os meios de subsistência dos habitantes das zonas costeiras, em especial nos países em desenvolvimento.

A atividade de pesca envolve um recurso natural renovável de uso comum que apresenta duas características: a subtrabilidade, na qual a exploração por parte de um usuário diminui a disponibilidade de recursos para os outros; e a dificuldade de exclusão ou controle dos usuários através de um regime de apropriação bem definido.

Recursos naturais renováveis são aqueles que podem ser mantidos à perpetuidade, em regime de sustentação, ou seja, num regime que satisfaça as necessidades presentes sem comprometer a possibilidade das futuras gerações proverem suas próprias necessidades, desde que bem gerenciados.

A mobilidade dos organismos aquáticos, a distribuição geográfica das populações, a extensão territorial onde acontece a pesca e a ocorrência de ampla diversidade biológica em uma mesma área, são algumas características dos recursos pesqueiros que geram a rivalidade e a dificuldade na exclusão de seu uso e exploração. Estas características, aliadas à incerteza econômica, uma vez que essa atividade depende de uma gama de variáveis ambientais não controláveis pelo homem, são responsáveis pelos conflitos entre o interesse individual e o coletivo na apropriação dos recursos pesqueiros, que em muitos casos leva à sobre exploração dos mesmos (Caldasso, 2008). Num aspecto geral, a pesca artesanal responde por aproximadamente 1/3 da captura mundial e cerca de 90% dos trabalhadores no setor pesqueiro são pescadores artesanais (Holland, 1995). No Brasil, de acordo com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR, 2004), atual Ministério da Pesca e Aqüicultura, o setor pesqueiro é responsável pela geração de aproximadamente 800 mil empregos diretos. Apesar da

importância da pesca artesanal em termos de geração de emprego e alimentação, no Brasil a regulação da atividade é precária e marcada pela desorganização e pela incongruência institucional dentro dos órgãos reguladores da atividade, que sofrem constantes mudanças sem possuir uma identidade que faça com que os objetivos dos mesmos sejam seguidos independentemente do cenário político do país. Por tratar-se de uma atividade tão peculiar, envolvendo um grande número de atores com interesses distintos, o estabelecimento de arranjos institucionais adequados na atividade pesqueira é fundamental para promover o uso racional dos recursos.

1.1 A gestão da pesca no Brasil

Historicamente, a gestão da pesca em território Brasileiro está submetida à esfera administrativa federal. Até 1933, quando o Ministério da Agricultura a encampou entre suas competências, estava sob os cuidados da Marinha do Brasil. Dentro do próprio Ministério da Agricultura foi criada em 1962, por meio da Lei Delegada nº 10, a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). A mesma foi extinta em 1989, pela Lei que criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (Lei nº 7.735), o qual incorporou entre suas competências as da SUDEPE que, na ocasião, eram: direcionamento da regulação pública para o processo cumulativo de capital; atender às exigências do setor empresarial no que concerne a financiamento de projetos de ampliação de plantas das empresas de pesca, instalação para armazenamento e até mesmo para montagem de pequenas indústrias; e dar uma orientação única à política de desenvolvimento pesqueiro. Em 2000, através da Medida Provisória nº 1999-18, foi atribuído ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o desenvolvimento e o fomento da pesca nacional, e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) a pesquisa, produção de informações, normas, critérios, padrões, licenciamento e fiscalização do uso dos recursos pesqueiros. Reeditada sucessivamente, em sua última versão, sob o nº 103/2003, criou, no âmbito da Presidência da República a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP-PR), à qual foram transferidas as

competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Becker, 2003).

Além das constantes divisões citadas por Becker (2003), em 2007 foi criado, na estrutura administrativa do Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), tendo este como atribuição administrar as Unidades de Conservação Federais, como a Lagoa do Peixe, e trabalhar em pesquisa para conservação das espécies ameaçadas de extinção e sobreexploração, muitas delas alvo de captura na pesca artesanal, como por exemplo, aquelas constantes da Instrução Normativa 03/2004 Ministério do Meio Ambiente.

Em 29 de junho de 2009 foi publicada a Lei nº 11.958 que transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). A este ficam os encargos da extinta SEAP-PR enquanto o licenciamento ambiental e a fiscalização continuam a cargo do MMA através do IBAMA. Desta maneira, é possível descrever a gestão dos recursos pesqueiros no Brasil em fases institucionais, que se caracterizam pela criação de diferentes estruturas de gestão, em diferentes níveis de competência e capacidade de cumprimento dos seus objetivos (Figura 1).

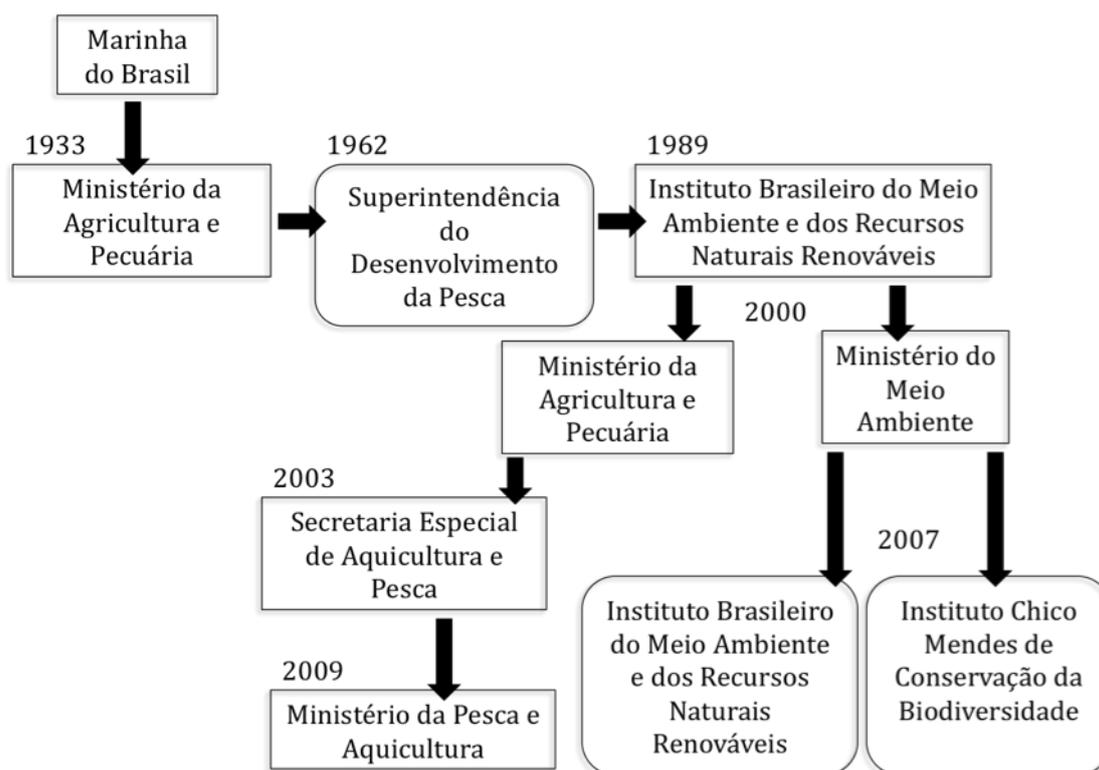


Figura 1: Fases institucionais da gestão dos recursos pesqueiros no Brasil.

A postura de órgãos públicos das três esferas (executivo, legislativo e judiciário) diante do setor pesqueiro artesanal é historicamente pautada por uma mescla de autoritarismo e assistencialismo, em que a edição de instrumentos legais, a abertura de linhas de crédito, o apoio técnico a etapas produtivas e comerciais e o fomento à organização da produção não consideram os reais interesses e demandas dos pescadores, geralmente, relegados ao papel de meros espectadores dos processos que os envolvem e afetam seus interesses (Lobo, 2007).

Nesta política de (des)ordenamento pesqueiro, a dimensão sistêmica – que incorpora as diferentes características sociais e ecológicas e suas interações – é abandonada em nome de uma aparente disputa de poder. Desta maneira, um sistema socioecológico pode estar submetido a duas concepções distintas de gestão. Uma orientada para o controle do esforço, outra orientada para o aumento potencial de esforço sobre os ecossistemas, ameaçando sobremaneira a sua resiliência ecológica (Medeiros, 2009).

1.2 A pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos

A Lagoa dos Patos, maior lagoa do tipo “estrangulada” do mundo, é a formação dominante na planície costeira do extremo sul do Brasil (250 km de comprimento por 40 km de largura e 5 m de profundidade, em média) e se estende na direção NE-SO entre os paralelos 30°30' S e 32°12' S. A Lagoa recebe água doce de uma bacia de drenagem de 201.626 km², e em 971 km² dos seus 10.227 km² de superfície existe uma mistura entre massas de água de origens contrastantes: a água doce de origem fluvial e a água do mar do oceano adjacente, o que constitui neste corpo de água costeiro semifechado uma zona estuarina (Moller e Castaing, 1999) (Figura 2).

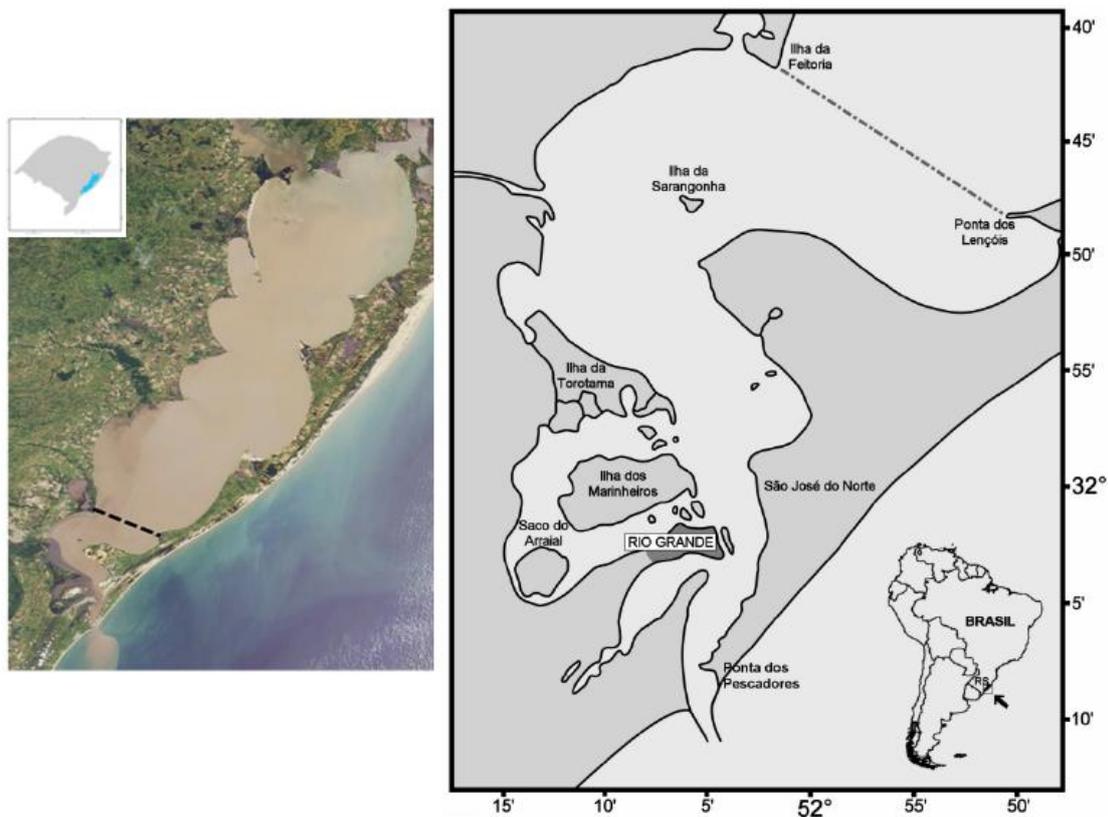


Figura 2: Mapas de localização do estuário da Lagoa dos Patos

A região estuarina compreende cerca de 10% da lagoa, e é ocupada por abundante diversidade de flora e fauna. Tem como principais forçantes da sua circulação ventos predominantes do quadrante NE-SO e a descarga fluvial que se refletem nos perfis de temperatura e salinidade. O limite interior (cabeceira) da zona de mistura estuarina (ZM) da Lagoa dos Patos, geralmente está localizado a cerca de 70 km da entrada do estuário (linha imaginária que liga a ponta dos Lençóis a ponta da Feitoria, conforme figura 2, porém esse limite é deslocado para o sul e para o norte, respectivamente, conforme as fortes descargas fluviais, características do final do inverno e início da primavera, e a baixa a moderada descarga, que ocorre o resto do ano (Moller e Castaing, 1999).

O estuário da Lagoa dos Patos se comunica com o oceano através de um canal formado por um par de molhes com cerca de 4 Km de extensão e 740 m de distância na boca. Todos os organismos marinhos estuarinos dependentes entram e saem do estuário através deste canal. Trata-se de

uma importante área de desova, de reprodução e de alimentação para estes organismos. Das mais de 110 espécies que ocorrem no estuário, quatro representam importantes recursos pesqueiros e sustentam a pesca artesanal: corvina (*Micropogonias furnieri*), bagre (principalmente *Genidens barbatus*), tainhas (*Mugil spp*) e camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) (Kalikoski e Vasconcellos, 2005). Sendo a mais capturada entre elas o camarão rosa e a menos capturada o bagre. Este último recurso é apontado pelos próprios pescadores como colapsado.

Por mais de um século a região configurou-se como um pólo pesqueiro artesanal de importância destacada no sul do Brasil, sendo responsável por uma porcentagem significativa da produção nacional de pescados como a corvina (*Micropogonias furnieri*), bagre (principalmente *Genidens barbatus*), tainhas (*Mugil spp*) e camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) (Reis, 1999).

A região estuarina é circundada por quatro municípios de conhecida tradição pesqueira: Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul. Dentro desta área encontram-se 28 comunidades pesqueiras onde sobrevivem aproximadamente 3.311 pescadores e 4.157 dependentes de atividades pesqueiras, sendo uma média de 1,25 dependentes para cada pescador. O número de dependentes de atividades pesqueiras inclui pescadores e familiares que não estão necessariamente relacionados a atividades de captura, mas que desenvolvem outras atividades relacionadas à pesca, como processamento, comercialização, manutenção e limpeza de equipamentos (Kalikoski e Vasconcellos, 2012).

Até meados dos anos 1960 a indústria da pesca no Rio Grande do Sul exibiu uma evolução lenta e gradual e a pesca artesanal, praticada no estuário da Lagoa dos Patos e na costa litorânea próxima, constituía a principal fornecedora de pescado para a indústria de processamento. (Pasquotto, 2005).

À semelhança com outras regiões e categorias de pesca, nesta região a pesca artesanal está sofrendo com a chamada “Tragédia dos Comuns”, definida como a utilização desordenada e competitiva dos recursos naturais que, ao mesmo tempo em que pertencem a todos, não pertencem a ninguém em particular, embora por lei esteja sob o regime de apropriação do Estado

que concede licenças de pesca aos pescadores profissionais. Os recursos pesqueiros estão reduzindo drasticamente, comprometendo tanto a sustentabilidade dos estoques quanto a qualidade de vida das pessoas envolvidas na atividade. Reflexos dessa crise podem ser relacionados às capturas da pesca artesanal na região Sul, onde sua contribuição diminuiu de 26% em 1980 para 8% no ano de 2002 (Vasconcellos *et al.*, 2007a).

De 1960 a meados da década de 1980 políticas de incentivo ao setor pesqueiro que não consideravam a sustentabilidade dos recursos levaram a um aumento no esforço de pesca e, a longo prazo, um declínio acentuado nas capturas, (Abdallah e Sumaila, 2007).

De acordo com os dados disponíveis, os desembarques provenientes da pesca artesanal aumentaram de 10.000 toneladas em 1945 para 43.500 toneladas em 1972, e declinaram acentuadamente desde então, chegando a 6.592 toneladas em 2008. Atualmente, a maioria dos recursos pesqueiros explorados pela pesca artesanal encontra-se em estado de exploração, sobre exploração ou em colapso, e as capturas estão próximas ao nível de subsistência com exceção da tainha e do camarão que, esporadicamente, produzem bons ganhos econômicos em virtude de boas condições climáticas e oceanográficas favoráveis (Reis e D'Incao, 2000).

De acordo com Vasconcellos *et. al.* (2007b) o excessivo crescimento da capacidade de pesca tanto do setor industrial quanto do setor artesanal se deve a fatores decisivos como: a falta de mecanismos de controle de acesso aos recursos pesqueiros; a introdução de novas tecnologias e elementos de pesca; as políticas de incentivo à industrialização; a modernização das pescarias; e a centralização da pesca por parte do governo federal.

A pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos está inserida em um sistema ambiental onde as interações entre processos socioeconômicos (atividade pesqueira) e ecológicos (recursos) são mediadas através de componentes institucionais, políticos e culturais. Nas últimas décadas, esse sistema entrou em colapso, sobretudo devido ao abrupto declínio dos estoques pesqueiros, com reflexos deletérios nos macro elementos sociais, econômicos e ecológicos da região (Reis, 1999).

A atual crise da atividade pesqueira artesanal do estuário da Lagoa dos Patos está fortemente associada a problemas de ordem institucional,

cujos reflexos se evidenciam, por exemplo, na elaboração de regras de uso dos recursos de maneira unilateral e que são incongruentes com as características locais da pesca e do ecossistema (Kalikoski *et al.*, 2002; Kalikoski & Satterfield, 2004).

Como um exemplo de crise associada a processos de gestão destaca-se o estabelecimento de um período de defeso e a consequente compensação aos pescadores artesanais, através da incorporação do benefício seguro desemprego.

1.3 O período de defeso no estuário da Lagoa dos Patos

Uma das regras mais amplamente utilizadas para limitar a apropriação de Recursos de Uso Comum é a definição de calendários de pesca. Anteriormente a 1960, quando não existiam regras formais para a gestão pesqueira, a pesca artesanal seguia um calendário de atividades determinado pela abundância dos recursos pesqueiros nas diferentes épocas do ano. Esse calendário era baseado na experiência dos pescadores locais e, como tal, representava uma forma de conhecimento ecológico tradicional, com consequências importantes para a manutenção da pesca artesanal, criando limites naturais para a exploração desses recursos de uso comum (Kalikoski *et. al.* 2002).

O aumento desordenado do número de pescadores geralmente vindos de outras localidades, e conseqüentemente, o aumento excessivo no esforço de pesca gerou conflitos nessa organização local existente uma vez que os “novos integrantes” da atividade não respeitavam as regras de uso estabelecidas tradicionalmente ao longo dos anos. Esse desrespeito as regras de uso locais pôde ser observado devido a falta de sentimento de pertencimento que esses pescadores de outras localidades apresentavam quando se estabeleciam na região.

Uma solução para os problemas na regulação neste tipo de situação surge com o conceito e aplicação da gestão compartilhada, cuja essência é definida pelo envolvimento das organizações e comunidades de pescadores na tomada de decisões através da divisão de poderes entre essas organizações e o governo ou instituição local que se encarregue da gestão da pesca. Isso representa um caminho de descentralização de decisões e

delega direitos e funções às comunidades. O grau de participação dos órgãos governamentais e dos grupos de usuários no processo de tomada de decisão pode variar consideravelmente de um caso para o outro.

Neste sentido foi criado, no ano de 1996, o Fórum da Lagoa dos Patos, a partir de um esforço conjunto entre a Pastoral do Pescador, o Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos (CEPERG) e as Colônias de Pescadores. Na região de abrangência do Fórum estão os municípios que compreendem a região estuarina da Lagoa dos Patos (Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul).

O Fórum tem como meta principal reunir instituições de governo, além de entidades da sociedade civil organizada, organizações classistas e pescadores, para buscar novas perspectivas para os pescadores da região. Não só ainda, o Fórum tem como princípios, defender, preservar e conservar o meio ambiente no setor pesqueiro, bem como a promoção do desenvolvimento econômico, social e o combate à pobreza (ESTATUTO DO FÓRUM DA LAGOA DOS PATOS, 1998).

Dentro do âmbito do Fórum, estabeleceu-se um regramento para a pescaria artesanal no estuário da Lagoa dos Patos com a publicação da Portaria IBAMA nº 171, de 22 de dezembro de 1998. Segundo a própria portaria, o regramento foi estabelecido considerando a necessidade de se regulamentar a pesca, de controlar o esforço de pesca no Estuário da Lagoa dos Patos, essencial para a melhoria e recuperação da piscosidade e consequente qualidade de vida das populações dela dependentes, e também de participar no processo de organização das atividades pesqueiras ora em desenvolvimento, onde se prioriza a gestão compartilhada dos recursos naturais.

Dentre as principais mudanças impostas pela referida Portaria estavam a definição do novo calendário de pesca, com o estabelecimento de um período de defeso, a regulamentação das artes de pesca e a exigência da licença ambiental de pesca fornecida pelo IBAMA para que se pudessem extrair recursos da lagoa.

A implementação de um período de defeso como medida de gestão deve atender a pelo menos um dos seguintes objetivos: a) proteger o período reprodutivo; b) proteger pelo menos uma fase do ciclo de vida (fêmea em

fase de reprodução ou juvenis); e c) reduzir o esforço total por um determinado período (Berkes *et al.*, 2001).

Com o estabelecimento do período de defeso surge o direito ao benefício do seguro desemprego para o pescador artesanal, conhecido como seguro defeso. Segundo Lei Federal, o pescador profissional artesanal fará jus ao benefício de seguro desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação das espécies. As especificações deste benefício serão discutidos posteriormente.

A Portaria IBAMA nº 171/98 foi extinta quando da publicação da Instrução Normativa nº 03, de 09 de fevereiro de 2004, atualmente em vigor. Trata-se de uma Instrução Normativa conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e a extinta Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que modifica o período de defeso estabelecido pela Portaria anterior, mantém as especificações das artes de pesca e a exigência da licença ambiental de pesca, acrescentando a esta o Registro Geral de Pesca (RGP).

O calendário de pesca atualmente em vigor está de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1: Períodos de pesca por espécie no estuário da Lagoa dos Patos

Nome Vulgar	Nome Científico	Período
Tainha	<i>Mugil platanus</i>	Out/Nov/Dez/Jan/Fev/Mar/Abr/Mai
Corvina	<i>Micropogonias furnieri</i>	Out/Nov/Dez/Jan/ Fev
Bagre	<i>Netuma barba</i>	Out/Nov e Mar/Abr/Mai
Camarão	<i>Farfantepenaeus paulensis</i>	Fev/Mar/Abr/Mai

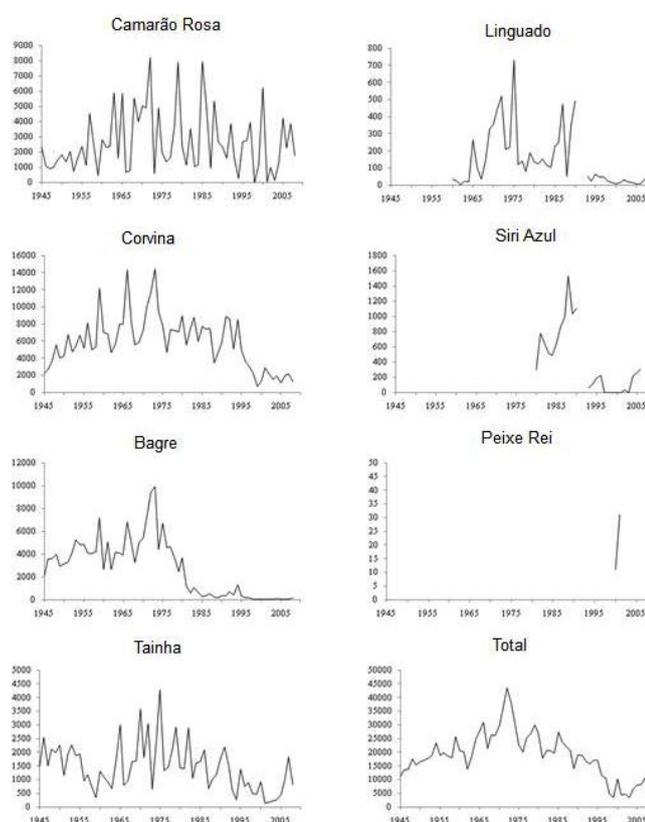
O calendário da pesca do camarão está ligado a uma abertura fixa, que acontece anualmente em 01 de fevereiro, embora os pescadores, cientistas e gestores reconheçam o fato de que o ciclo de crescimento e produção de camarão varia entre anos e regiões.

A data fixa para abertura da safra do camarão esta baseada em dados de produção mensal que indicam que março e abril são os meses em que, em média, a maioria dos indivíduos estão totalmente desenvolvidos do ponto

de vista biológico. Segundo esses dados, a abertura fixa em fevereiro beneficiaria os pescadores em termos do peso total do camarão capturado.

Embora a pesca ocorra principalmente após o mês de fevereiro, a realidade é que alguns pescadores seguem seu próprio calendário tradicional, começando a captura do camarão no início do ano, dependendo das condições ambientais e da disponibilidade do recurso pesqueiro.

A figura 3 ilustra o estado dos recursos capturados artesanalmente na Lagoa dos Patos entre os anos de 1945 e 2005. Nela é possível observar o declínio da produção pesqueira artesanal relatado pelos pescadores, com exceção de alguns picos como no ano de 1975. Esse declínio é resultante da gestão pública ineficiente dos recursos e da atividade pesqueira, permitindo assim o excessivo esforço de pesca, além de outros fatores relacionados ao histórico descuido com a qualidade ambiental.



Fonte: CEPERG/IBAMA. Adaptado de Kalikoski e Vasconcellos (2012)

Figura 3: Desembarques provenientes da pesca artesanal por recurso e total no estuário da Lagoa dos Patos entre 1945 e 2005.

Cabe ressaltar que a observação de importantes disparidades entre o conhecimento ecológico tradicional, construído durante séculos de trabalho

na região pelos pescadores artesanais, e a legislação imposta de maneira a evitar a pesca durante o período de inverno, levanta a necessidade de um aprofundamento nas questões relativas à eficiência do período de defeso para a conservação das espécies do estuário da Lagoa dos Patos.

1.4 Justificativa

Segundo Teixeira e Abdallah (2008) é evidente a necessidade de se buscar alternativas que sirvam para contornar a situação de crise gerada pelo pagamento do seguro desemprego para o pescador artesanal, pois da maneira que esta sendo conduzida, esta política pode agravar ainda mais a qualidade de vida das famílias que realmente vivem da atividade pesqueira. Devido a isso, a reformulação do atual sistema de condução da mesma em conjunto com o fortalecimento das instituições que possuem formas de reivindicações e de controle sobre as diretrizes da pesca artesanal, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, devem encontrar maneiras de tornar esse benefício seletivo, sendo utilizado pelos agentes que realmente necessitam e não sendo fator de incentivo à entrada de novos indivíduos em uma atividade já sobre-explorada.

A crise na pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, e a situação atual com relação à fraude do seguro desemprego estão diretamente relacionadas à falta de controle da atividade pesqueira pelos órgãos governamentais, responsáveis pela gestão da pesca, como é o exemplo do crescimento significativo no número de pescadores a partir do período em que se iniciou o pagamento de assistência governamental no período do defeso (Kalikoski *et. al.* 2002).

O pagamento do seguro desemprego é uma das fontes utilizadas pelo Governo Federal como estimativa do número de pescadores artesanais existentes em uma determinada região. Com o inchaço deste número, devido às constantes fraudes envolvidas neste processo, não é possível estabelecer a quantidade exata de usuários do recurso, prejudicando assim a gestão do mesmo (Kalikoski e Vasconcellos, 2012).

A política do seguro desemprego pode exercer um efeito ambíguo sobre uma determinada região, pois ao mesmo tempo que pretende garantir a reprodução das espécies e uma renda ao pescador no período em que é proibido de pescar, pode estar causando um aumento no esforço de pesca. A razão disso é que em decorrência da garantia de renda, fornecida pelo Governo Federal ao pescador, o número de indivíduos que se cadastram no

programa está aumentando significativamente a cada ano, acarretando um inchaço nos recursos da União. Se esses novos segurados, além de receberem o respaldo financeiro, estiverem se agregando ao número já existente de pescadores, isso pode contribuir negativamente para a sustentabilidade da atividade (Teixeira e Abdallah, 2008).

Como um dos sinais da alta dependência dos pescadores artesanais a esse benefício, pode-se citar a grande preocupação que acerca o tema, demonstrada nas reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos.

Resultados obtidos em Kalikoski e Vasconcellos (2012) levantam a necessidade de se esclarecer se o seguro desemprego é suficiente para sustentar pescadores artesanais na época do defeso, especialmente em anos de frustração de safra, quando os recursos financeiros reduzem drasticamente. Os resultados também questionam a efetividade das políticas compensatórias para a sustentabilidade do recurso e a seguridade de manutenção dos meios de vida dos pescadores artesanais criando vulnerabilidades aos pescadores e à diversidade ecológica, e incentivando a prática ilegal de pesca no estuário.

Ainda segundo os resultados obtidos na Lagoa dos Patos de acordo com o estudo acima citado, a grande proporção de pescadores artesanais e dependentes (cerca de 80% dos entrevistados) e o irrisório número de pescadores que não estão aptos ao recebimento do seguro desemprego (36 pessoas em um universo de 3.311), são provas da grande importância e da abrangência da inclusão deste programa. Porém, muitos debates tem ocorrido acerca do verdadeiro papel desta política.

Esta política tem um importante papel na manutenção dos meios de vida, uma vez que garante um recebimento mínimo diante do baixo retorno financeiro gerado pela pesca. Porém, se por um lado ela garante uma importante rede de seguridade social, que previne os pescadores artesanais de migrarem para a zona de pobreza, por outro lado o efeito que a alta dependência a esta política vai ter sobre a capacidade adaptativa dos pescadores a esse novo cenário ambiental é incerto (Kalikoski e Vasconcellos, 2012).

O problema de pesquisa trabalhado no presente estudo gira em torno de se elucidar se a política do seguro desemprego ao pescador artesanal

trata-se de uma subsídio ao setor pesqueiro artesanal, uma medida compensatória que faz parte de uma estratégia de gestão pesqueira, ou ainda se diz respeito à um programa de transferência de dinheiro para um setor que se encontra em estado de vulnerabilidade.

De acordo com as afirmações dos autores acima, diante da falta de informações bibliográficas acerca do tema e da falta de direcionamento das instituições governamentais no rumo de uma solução para toda a problemática que envolve o período do defeso e o seguro desemprego relativo a ele, encontramos a necessidade de elucidar a questão da dependência econômica que este benefício causa nas comunidades tradicionais.

1.5 Objetivos

Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é avaliar e identificar se o seguro desemprego para o pescador artesanal no período de defeso no estuário da Lagoa dos Patos, trata-se de um instrumento de compensação por proibição de exercício de atividade por um determinado período ou de manutenção de uma classe de trabalhadores.

Objetivos específicos

1. Caracterizar e analisar a política do seguro desemprego para o pescador artesanal durante o período de defeso no estuário da Lagoa dos Patos;
2. Analisar como o seguro desemprego para o pescador artesanal afeta a sustentabilidade dos meios de vida dos pescadores; e
3. Avaliar a percepção do período do defeso e consequente recebimento do seguro desemprego para o pescador artesanal como incentivo para a conservação e uso sustentável dos recursos.

Capítulo 2: Metodologia

2.1 Referencial teórico metodológico

2.1.1 Métodos de investigação

Conforme as abordagens metodológicas, as pesquisas são classificadas em dois grupos distintos – o qualitativo e o quantitativo. A pesquisa qualitativa, inicialmente usada em Antropologia e Sociologia, a partir da década de 60 incorpora-se a outras áreas, e mais recentemente vem ganhando espaço no âmbito da Psicologia, da Educação, da Administração, entre outras (Neves, 1996).

Pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, tendo em vista que as ciências sociais têm sua especificidade (Terence e Escrivão Filho, 2006).

Na abordagem qualitativa, o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Assim sendo, a interpretação, a consideração do pesquisador como principal instrumento de investigação e a necessidade do pesquisador de estar em contato direto e prolongado com o campo, para captar os significados dos comportamentos observados, revelam-se como características da pesquisa qualitativa (Neves, 1996).

O método qualitativo é útil e necessário para identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e as interações que estabelecem, possibilitando assim estimular o desenvolvimento de novas compreensões sobre a variedade e a profundidade dos fenômenos sociais (Bartunek e Seo, 2002). Dentre os tipos de pesquisa qualitativa podemos destacar dois que serão utilizados no presente estudo: a pesquisa documental e o estudo de caso.

A pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser

reexaminados com vista a uma interpretação nova ou complementar. Pode também oferecer uma base de dados útil para outros tipos de estudos qualitativos. Além disso, não só permite o estudo de pessoas a que não temos acesso físico (ausentes), bem como é uma fonte propícia para o estudo de longos períodos de tempo.

O estudo de caso consiste na análise profunda de uma unidade de estudo, nomeadamente uma descrição detalhada de um sujeito ou de uma situação concreta (Terence e Escrivão Filho, 2006).

Enquanto os estudos quantitativos procuram seguir rigorosamente um plano previamente estabelecido, enumeram dados e usam a estatística para a análise dos mesmos, os qualitativos costumam apresentar mudanças sucessivas de planos ao longo da pesquisa, porque o seu foco de interesse é amplo e o ponto de partida é distinto do dos estudos quantitativos. Os dados são obtidos mediante o contato (participação) do próprio pesquisador e/ou outras pessoas com o objeto de estudo e, partindo destes dados pessoais, o pesquisador vai fazer a sua interpretação, de modo a compreender determinados fenômenos da realidade estudada.

Os métodos de investigação se classificam como qualitativos e quantitativos por apresentarem características contrastantes quanto à forma e ênfase (tabela 2), entretanto não são excludentes. Ao desenvolver seu estudo, o pesquisador pode utilizar os dois, usufruindo, por um lado, da vantagem de poder explicitar todos os passos da pesquisa e, por outro, da oportunidade de prevenir a interferência de sua subjetividade nas conclusões obtidas (Neves, 1996).

Tabela 2: Comparação entre métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa.

	Pesquisa Quantitativa	Pesquisa Qualitativa
Inferência	Dedutivo	Indutivo
Objetivo	Comprovação	Interpretação
Finalidade	Teste de teorias, predição, estabelecimento de fatos e teste de hipóteses	Descrição e entendimento de realidades variadas, captura da vida cotidiana e perspectivas humanas
Realidade investigada	Objetiva	Subjetiva e complexa
Foco	Quantidade	Natureza do objeto
Amostra	Determinada por critério estatístico	Determinada por critérios diversos
Característica da amostra	Grande	Pequena
Característica do instrumento de coleta de dados	Questões objetivas, aplicações em curto espaço de tempo. Evita-se a interação entrevistador-entrevistado	Questões abertas e flexíveis. Explora a interação pesquisador-entrevistado.
Procedimentos	Isolamento de variáveis. Anônima aos participantes	Examina todo o contexto. Interage com os participantes
Análise dos dados	Estatística e numérica	Interpretativa e descritiva. Ênfase na análise de conteúdo
Plano de pesquisa	Desenvolvido antes de o estudo ser iniciado. Proposta estruturada e formal	Evolução de uma ideia com o aprendizado. Proposta flexível
Resultados	Comprovação de hipóteses. A base para generalização dos resultados é universal e independente do contexto	Proposições e especulações. Os resultados são situacionais e limitados ao contexto.
Confiabilidade e validade	Pode ser determinada, dependendo do tempo e recurso	Difícil determinação, dada a natureza subjetiva da pesquisa

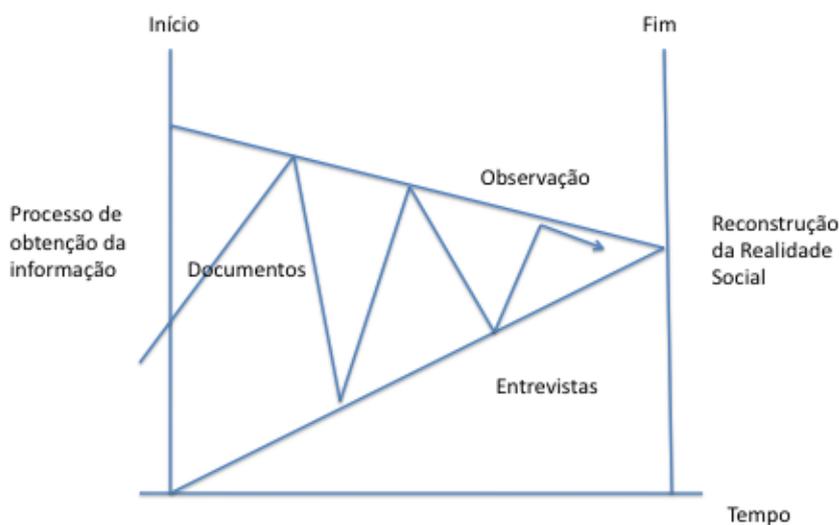
Fonte: Terence e Escrivão Filho (2006)

A metodologia censitária é um bom exemplo de conexão entre dados qualitativos e quantitativos. Através da coleta e sistematização desses dados é possível estabelecer relações entre as projeções de população desagregadas por sexo e idade com os indicadores sociais, econômicos e demográficos. Essa relação constitui um importante instrumento para subsidiar o planejamento de políticas públicas que visam o atendimento das necessidades específicas de cada população, além de fornecer parâmetros balizadores a serem considerados nos processos de monitoramento e avaliação dos diversos programas já implantados na área social (IBGE, 2011).

Os métodos de coleta de dados passíveis de serem utilizados em pesquisas qualitativas classificam-se em três grandes grupos: a observação, a entrevista ou questionário e a análise de documentos. A utilização de diversos métodos permite que se obtenham diferentes perspectivas sobre a

mesma situação, bem como informações de diferentes fontes para posterior comparação das mesmas na descrição do cenário desejado (Russell, 2006).

No presente estudo os três métodos de coleta foram utilizados, seguindo-se um modelo de triangulação dos mesmos para a obtenção do resultado final (Figura4).



Fonte: Adaptado de Igea (1995)

Figura 4: Esquema de triangulação de dados qualitativos

2.1.2 Meios de vida

No âmbito da gestão pesqueira e das políticas de desenvolvimento, a pesca artesanal sustentável vem tendo a sua importância cada vez mais reconhecida. A maioria dos estudos sobre a pesca de pequena escala praticada em países em desenvolvimento, realizados nos últimos 25 anos, enfatizam a dependência dos pescadores artesanais aos recursos e à natureza de livre acesso das pescarias, fatores estes que juntos conduzem à degradação dos recursos pesqueiros, pobreza e marginalização dos pescadores. A atividade de pesca artesanal é frequentemente caracterizada como "ocupação de última instância", e os pescadores que a praticam como "os mais pobres entre os pobres" (Alisson e Ellis, 2001).

Segundo os autores acima citados, as soluções para os problemas da pobreza e da degradação dos recursos pesqueiros têm-se centrado na necessidade de fazer com que a pesca artesanal torne-se econômica e ambientalmente mais eficiente (rentável com menor esforço e menores danos ao meio ambiente), e ao mesmo tempo encontrar meios para conservação dos estoques pesqueiros, através de uma combinação de gestão para limitar o acesso e incentivos para que os atuais participantes não abandonem a atividade.

Também tem sido frequentemente observado que os pescadores artesanais respondem dinamicamente às flutuações dos recursos pesqueiros. No entanto, não houve nenhuma tentativa sistemática de construir uma abordagem de gestão pesqueira que considere tais adaptações.

A abordagem dos meios de vida (*livelihoods*) vem sendo cada vez mais empregada por agências de desenvolvimento e ONGs, objetivando alcançar uma melhor compreensão dos sistemas de gestão dos recursos naturais. Seu principal ponto de partida é evitar a preocupação excessiva com um determinado componente das estratégias de subsistência individual ou familiar, neste caso a pesca, negligenciando outros componentes que fazem parte dos modos de sobrevivência das famílias (Alisson e Ellis, 2001).

De acordo com Ellis (2000), um meio de vida compreende os ativos (capitais natural, físico, humano, financeiro e social), as atividades, e o acesso a eles (mediados por instituições e relações sociais), que juntos determinam a vida individual ou doméstica. A ênfase nos meios de vida é útil na compreensão dos processos de desenvolvimento sustentável trazendo as questões sociais para o primeiro plano e destacando os dilemas do desenvolvimento do ponto de vista das populações locais.

A abordagem dos meios de vida visa melhorar a política e a prática de desenvolvimento rural, reconhecendo a complexidade cíclica e sazonal das estratégias de subsistência, ajudando a remover as restrições de acesso aos bens e atividades que complementam os padrões existentes, e a identificar formas de tornar os meios de subsistência em geral mais capazes de lidar com tendências negativas ou choques repentinos.

De acordo com De Haan e Zoomers (2003), meio de vida nunca é apenas uma questão de encontrar ou demarcar território, ou negociar com

dinheiro, colocando comida na mesa da família ou trocando no mercado. É igualmente uma questão de posse e circulação de informação, gestão das competências e das relações e afirmação de significado pessoal e de identidade de grupo.

A maneira como as pessoas criam um meio de vida é baseada no número de bens, renda e oportunidades de mercados (produtos e do trabalho) encontrados em diversos lugares. Esta combinação de bens e atividades ajuda (ou dificulta) famílias no desenvolvimento de estratégias de subsistência diferentes. É em um mundo dinâmico, em constante mudança, que as decisões individuais e/ou familiares são tomadas no sentido de administrar seus recursos ou bens (Marscke, 2005).

Chambers e Conway (1992) sugerem que um modo de vida é sustentável quando pode enfrentar e se recuperar de tensões e choques, manter ou reforçar as suas capacidades, bens e direitos, sem comprometer a base de recursos naturais.

Aqueles que têm acesso a uma maior diversidade de bens têm uma maior gama de opções e flexibilidade para modificar suas estratégias de subsistência, conforme necessário. A sustentabilidade destes meios de vida não depende apenas da preservação dos recursos naturais, mas também da capacidade de enfrentar e se recuperar de choques e pressões (Hanazaki *et al.*, 2012).

Marschke (2005) assinalou que a sustentabilidade dos meios de vida depende da capacidade das pessoas para lidar, não apenas com alguma condição "média", mas com "estações de escassez", desastres naturais, políticas governamentais desfavoráveis, e tempos difíceis generalizados. Assim, meios de vida requerem opções e flexibilidade.

A diversidade de atividades para sustento está intimamente ligada à flexibilidade, resiliência e estabilidade. Neste sentido, os sistemas de subsistência diversificados são menos vulneráveis do que os não diversificados. Eles também tendem a ser mais sustentáveis ao longo do tempo, precisamente porque permitem que se realizem adaptações positivas frente à novas circunstâncias (Ellis, 2000).

A diversificação de meios de vida, especialmente a diversificação no uso do "capital natural" é importante neste contexto, pois se trata de uma

maneira eficaz para reduzir o risco global e a vulnerabilidade, gerando maior resiliência. Esta é uma característica geral da pesca artesanal (Marschke, 2005).

Diversificação de sustento é definida como o processo pelo qual as famílias constroem um portfólio diversificado de atividades e recursos de apoio social não só para a sobrevivência, mas também para melhorar seu padrão de vida. É amplamente aceito que a capacidade de diversificação é benéfica para as famílias na linha de pobreza ou abaixo dela. Ter alternativas de geração de renda pode fazer a diferença entre os meios de subsistência minimamente viáveis e a miséria. No entanto, a diversificação não tem um efeito equalizador sobre os rendimentos rurais em geral, uma vez que famílias mais abastadas são tipicamente capazes de diversificar em mercados de trabalho mais favoráveis, comparativamente com as famílias rurais pobres (Ellis, 2000).

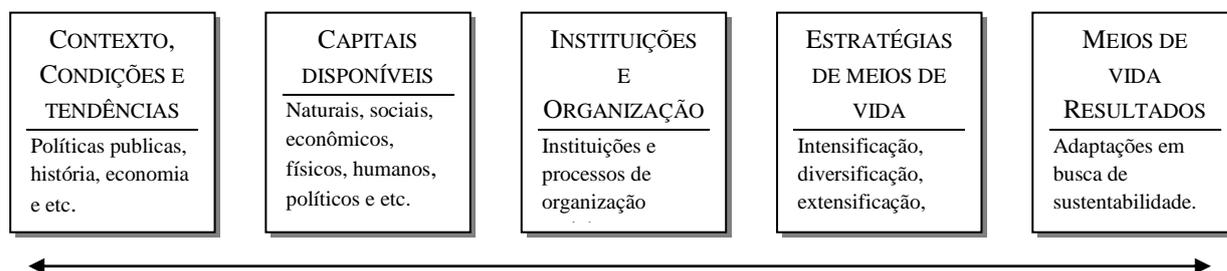
Marschke (2005) afirma que estereotipar a diversidade e a complexidade de como as pessoas podem ganhar a vida é um desafio. Subsistência não pode ser totalmente capturada por dados de renda ou de consumo baseados em pesquisas que dizem respeito ao acesso aos recursos. No entanto, modo de vida é "... um conceito altamente complexo que engloba tudo, não se restringindo aos aspectos ecológicos, econômicos ou produtivos da vida" (De Haan e Zoomers 2003).

Uma maneira de considerar a complexidade da vida cotidiana rural é o modelo dos meios de vida sustentáveis.

O conceito de meios de vida sustentáveis resultou na criação de estruturas elaboradas, e temas dominantes que incluem os bens das pessoas pobres, tratando-os como conjuntos de capitais inter-relacionados, ou como estratégias de subsistência utilizadas por estas pessoas (Bebbington, 1999).

Esta abordagem é centrada nas pessoas (ações e estratégias), baseada em diversos fatores que cercam a vida diária. De particular interesse nesta abordagem são os processos institucionais (incorporados em uma matriz de instituições e organizações) que mediam a capacidade de realizar tais estratégias e alcançar (ou não) tais resultados (Scoones, 1998).

Ao discutir os meios de vida sustentáveis, Marschke (2005) destacou cinco elementos que interagem entre si: contexto, condições de desafios; capitais disponíveis, processos institucionais e organizacionais, estratégias de meios de vida e resultados (Figura 5).



Fonte: Marschke, 2005

Figura 5: Estrutura analítica para o estudo de meios de vida sustentáveis

Dentre estes cinco elementos, quatro se aplicam mais diretamente no presente estudo, sendo eles e suas interpretações:

- ✘ Contexto: como a política pública instituída pelo pagamento do seguro desemprego ao pescador artesanal no período do defeso influencia nos meios de vida dessas comunidades.
- ✘ Instituições e organizações: papel do governo e de seus diversos órgãos responsáveis pelo manejo da pesca no gerenciamento da Lagoa dos Patos.
- ✘ Estratégias: diversificação das atividades para manutenção dos meios de vida.
- ✘ Resultado: dependência dos pescadores a esse benefício.

Em uma análise de meios de vida sustentáveis, a sustentabilidade é vista como a gestão bem sucedida de fatores múltiplos e emaranhados, incluindo o ambiente físico, economia, meio ambiente e organizações sociais (Marschke, 2005).

Alisson e Ellis (2001) propõem que a análise de meios de vida sustentáveis pode fornecer um modo que permita compreender melhor a natureza do sistema de produção pesqueira artesanal além de identificar pontos de fraqueza ou apoio às políticas de redução da pobreza nas comunidades pesqueiras.

2.2 Comunidades estudadas

Caracterização das comunidades estudadas

Segundo o Projeto Lagoa dos Patos (1989), é possível verificar no Estuário da Lagoa dos Patos duas categorias de comunidades de pescadores artesanais: comunidades de pescadores exclusivos e comunidades de pescadores não-exclusivos. Essa divisão leva em consideração a pesca do camarão como a principal atividade dos pescadores do estuário, sendo por vezes associada a outras atividades.

Pescadores exclusivos são aqueles que têm a pesca, inclusive a do camarão, como única atividade econômica e que é praticada durante todo ano. Em princípio esses núcleos se desenvolvem nas praias estuarinas abertas.

Os pescadores não-exclusivos praticam a pesca, geralmente a do camarão, associada à outra atividade econômica distinta. Os principais membros são os pescadores das comunidades inseridas no meio urbano dos municípios do Estuário da Lagoa dos Patos. Neste caso, predomina o pescador-trabalhador, que é aquele que pesca geralmente uma espécie lucrativa, na maioria das vezes camarão, e durante o resto do ano atua em outras atividades como a pesca oceânica, indústria, construção civil, agricultura e etc.

Na região sul do estuário da Lagoa dos Patos encontra-se o município de Rio Grande, com reconhecida tradição pesqueira e que, nos últimos anos, tem direcionado significativos esforços para a exploração da zona portuária, onde duas comunidades foram selecionadas para o presente estudo: a comunidade urbana de Vila São Miguel e a comunidade rural da Ilha da Torotama (Figura 6).

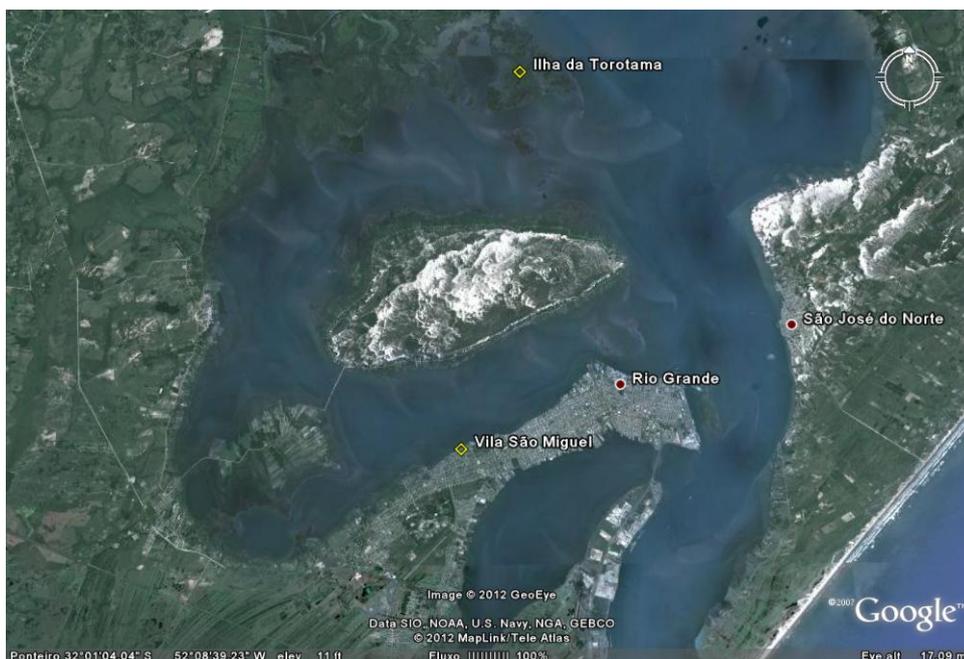


Figura 6: Localização das comunidades estudadas

A Vila São Miguel está inserida na área urbana do município, e se localiza às margens do estuário da Lagoa dos Patos, próxima ao centro da cidade. Segundo os moradores, no passado era uma comunidade basicamente composta por pescadores artesanais que, na medida em que o município se urbanizou, foi completamente ocupada por pessoas que atuam nas mais diversas atividades.

A comunidade possui 302 pessoas envolvidas em atividades diretamente relacionadas à pesca, incluindo captura, comercialização, beneficiamento, manutenção e limpeza de equipamentos, ou indiretamente relacionadas por economia familiar, como é o caso das esposas e filhos de pescadores.

Entre as principais atividades dos seus moradores estão a pesca e os serviços gerais, como em funções de pedreiro, carpinteiro, pintor e assemelhadas.

A comunidade da Ilha da Torotama localiza-se na área rural do município, estando a uma distância aproximada de 40 km do centro comercial da cidade.

Trata-se de uma comunidade tradicionalmente pesqueira, tendo importância histórica no desenvolvimento da atividade na região. Possui 374 pessoas envolvidas em atividades relacionadas a pesca.

Diferentemente da Vila São Miguel, o complemento de renda para manutenção das unidades familiares na Ilha da Torotama resulta, em sua maioria, de trabalhos em outras atividades locais como a pecuária, porém essas atividades ocorrem sem caráter de remuneração e sim para manutenção da subsistência das unidades familiares.

A escolha de duas comunidades tradicionalmente pesqueiras e com acentuadas diferenças em sua composição (uma urbana e outra rural) foi realizada com o intuito de realçar as diferenças, proporcionando uma análise sobre a diversificação das atividades e as estratégias para manutenção dos meios de vida.

2.3 Coleta e análise de dados

Uma parcela dos dados utilizados neste estudo advém de levantamentos realizados por terceiros, e publicados em livros, teses, dissertações, sítios na internet, jornais e revistas especializadas e, portanto, trazem reflexões, argumentações, interpretações, análises e conclusões dos respectivos autores. Além disso, a observação participativa e as entrevistas estruturadas possibilitaram a extração de outros elementos práticos de análise.

A complexidade e a subjetividade dos dados exigiu a utilização de um método que possibilitasse a compreensão e tradução dos mesmos. Sendo assim, os dados coletados na pesquisa bibliográfica, documental, observação participativa e entrevistas foram tratados qualitativamente.

2.3.1 Entrevistas Censo da Pesca Artesanal /Seleção de dados do Censo da Pesca Artesanal.

Foram utilizados dados obtidos no âmbito do Projeto Censo da Pesca Artesanal do Estuário da Lagoa dos Patos, através de entrevistas com pescadores artesanais. O referido projeto ocorreu entre os anos de 2009 e 2010 e foi desenvolvido através da parceria firmada entre a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Foram percorridas todas as comunidades pesqueiras do estuário da Lagoa dos Patos em busca de informações

relativas à realidade e percepção do pescador sobre a pesca no estuário, com o objetivo de se fazer um diagnóstico da atividade a partir da visão dos utilizadores dos recursos, através da realização de entrevistas estruturadas.

Os dados deste Censo foram separados por municípios e por comunidades, permitindo assim que se selecionasse no conjunto apenas aqueles referentes às duas comunidades que são objeto do presente estudo.

A partir de então os dados foram processados no sentido de extrair informações sobre quantos pescadores existem em cada comunidade estudada, quantas famílias nessa comunidade recebem o seguro desemprego, quantas pessoas em cada família recebem o benefício, quais as atividades realizadas fora da pesca e em que épocas do ano são realizadas estas atividades.

2.3.2 Observação participativa/ Transcrição de informações obtidas em observação direta de reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos e nas comunidades de pescadores.

A observação participativa ocorreu através do contato direto com o fenômeno a ser observado buscando, desta forma, obter informações sobre a realidade social dos atores em seus próprios contextos. O processo consistiu em fazer com que as pessoas, que foram o objeto de estudo, se sentissem confortáveis com a presença do observador, a ponto de revelarem seus princípios e a realidade de seu cotidiano, permitindo assim que o observador participasse da atividade ou somente a observasse ao natural (Russell, 2006).

O levantamento de dados através da observação participativa foi facilitado pelo fato de a pesquisadora que conduz o presente estudo ter atuado como secretaria do Fórum da Lagoa dos Patos entre os anos de 2010 e 2012, tendo assim participação ativa em suas atividades, além de a mesma ter atuado como supervisora e coletora durante o trabalho de campo do Projeto Censo da Pesca Artesanal do Estuário da Lagoa dos Patos.

Todas as observações foram compiladas em um caderno de campo, sendo selecionadas as de interesse para o presente estudo e transcritas para um arquivo específico. Tais informações possibilitaram a elaboração de um

cenário final, validado pelos próprios pescadores, minimizando o impacto que a visão de mundo e os conhecimentos prévios pessoais pudessem causar no produto final deste estudo.

2.3.3 Entrevistas semi-estruturadas (Análise de entrevistas semi-estruturadas)

Entrevistas semi estruturadas foram aplicadas nas comunidades da Vila São Miguel e da Ilha da Torotama para os estudos de caso ora apresentados.

Em cada uma das comunidades foram realizadas entrevistas com 1º unidades familiares, sempre buscando pescadores que trabalhassem com diferentes artes de pesca, e que apresentassem também diferente poder de pesca (tamanho de embarcação, potência de motor e quantidade de redes), além de pescadores que não possuem petrechos de pesca próprios, conhecidos como proeiros. A distinção entre as diferentes “tipologias” de pescadores permitiu a análise do contexto da utilização do seguro em diferentes situações.

As entrevistas foram aplicadas com o intuito de: 1) elucidar a questão da dependência do pescador ao benefício do seguro desemprego através de uma análise básica de sua composição de renda familiar; 2) descrever os modos de vida dos entrevistados através do entendimento do papel da pesca em seu cotidiano e da diversificação de suas atividades para a manutenção da sua unidade familiar; e 3) avaliar a efetividade do período de defeso (e conseqüente pagamento de seguro desemprego neste período) como medida de preservação ambiental.

Para elucidar a questão da dependência do pescador ao benefício do seguro desemprego através de uma análise básica de sua composição de renda familiar, foram trabalhadas as seguintes informações: número de pessoas na casa envolvidas com a pesca; se recebe ou não o seguro desemprego; os rendimentos líquidos em anos de safras consideradas, pelos próprios entrevistados, como boas e ruins; incremento de renda advindo de outras fontes que não a pesca e recebimento de benefícios do governo.

Os níveis de dependência dos pescadores artesanais ao seguro desemprego foram calculados para duas situações hipotéticas distintas - anos de safras boas e anos de safras ruins.

A renda proveniente da pesca informada pelos pescadores é referente ao rendimento líquido aproximado em cada uma das safras das diferentes espécies, ou seja, “quanto sobra” no final da safra se descontados os custos para a realização das operações de captura e venda. Tratam-se aqui de valores aproximados, que refletem a percepção dos pescadores acerca de sua própria atividade econômica, uma vez que valores reais apenas seriam possíveis a partir do acompanhamento efetivo das atividades nas diferentes safras (espécies) e em situações de safras consideradas pelos pescadores como boas e ruins.

Outra observação digna de nota é que se levou em consideração nas ditas safras ruins, safras que geram algum tipo de rendimento. Isso porque, ao serem questionados sobre suas capturas em safras ruins, as respostas dos pescadores, na maioria das vezes, foi de que não havia rendimento, ou seja, de acordo com a interpretação dos pescadores, são consideradas safras ruins, as safras onde não existe disponibilidade suficiente de recurso pesqueiro a ponto de que os custos de operação para a realização da captura sejam cobertos pelos rendimentos da atividade.

Para determinar o valor recebido em subsídio do governo, durante um ano, dentro da unidade familiar, foram utilizadas as informações sobre o recebimento ou não do seguro desemprego. Para o cálculo, o número de pessoas que recebe o seguro, na unidade familiar, foi multiplicado pelo valor mensal do seguro pago no ano de 2012, de R\$ 622,00, e ajustado para quatro meses, que corresponde ao de parcelas do benefício que o pescador artesanal recebe no período de um ano. O mesmo processo foi realizado para os outros benefícios recebidos pelo pescador ou por membros de sua unidade familiar (bolsa escola, bolsa família, auxílio gás, auxílio doença e aposentadoria) e somado ao valor declarado de renda líquida proveniente das atividades de pesca.

Para o cálculo do nível de dependência dos pescadores ao seguro desemprego foram somados os valores do rendimento líquido anual proveniente das atividades de pesca com os valores da renda anual proveniente do recebimento do seguro desemprego, atividades econômicas

diversas e outros benefícios sociais. A partir desses valores estimou-se o percentual representado pelo seguro desemprego no montante. Portanto o nível de dependência dos pescadores ao seguro desemprego é representado pelo percentual que a renda gerada pelo recebimento do seguro representa na renda anual da unidade familiar. Estimou-se ainda a vulnerabilidade a safras ruins, obtida pela diferença entre o nível de dependência da unidade familiar ao seguro desemprego em safras ruins e em safras boas.

Os valores estimados de vulnerabilidade a safras ruins das duas comunidades foram agrupados, mantendo-se a separação em anos de safras consideradas boas e ruins. Foram gerados diagramas de dispersão e aplicadas análises de regressão para avaliação da relação entre o nível de dependência ao benefício do seguro desemprego e a vulnerabilidade a safras ruins.

Para descrever os modos de vida dos entrevistados foram utilizadas perguntas acerca das suas atividades cotidianas, tanto na pesca quanto fora dela, e as consequentes remunerações resultantes, para composição da renda que mantém cada unidade familiar. Tais perguntas tiveram o intuito de entender quais adaptações os pescadores, nas diferentes comunidades, realizam para manter seus modos de vida e suas unidades familiares.

Finalmente, para avaliar a efetividade do período de defeso como medida de preservação ambiental, foram realizadas perguntas referentes à adequação do período de defeso (calendário de pesca) e o respeito deste período por parte dos pescadores artesanais.

Russell (2006) acredita que as seguintes considerações devam ser levadas em conta quando entrevistas são utilizadas como técnica de coleta de dados:

- dificuldade de expressão e comunicação tanto por parte do entrevistador quanto por parte do entrevistado;
- incompreensão do significado das perguntas, por parte do entrevistado, podendo gerar falsas interpretações; e

- possibilidade de o entrevistado ser influenciado, consciente ou inconscientemente, pelas atitudes, ideias, aspecto físico e opiniões do entrevistador.

Para minimizar as potenciais fontes de vício amostral alertadas por Russel (*op. cit.*), os dados obtidos nas entrevistas foram confrontados com os de fontes bibliográficas e com aqueles coletados no processo de observação participativa (reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos), como ilustrado anteriormente na Figura 4.

2.3.4 Levantamento de dados secundários/ Análise de documentos

Os dados secundários foram obtidos através de análises de publicações científicas, jornais locais e busca de informações sobre as mudanças na gestão, leis, decretos e instruções normativas dos órgãos responsáveis pelo manejo dos recursos pesqueiros (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), relacionados ao seguro desemprego para o pescador artesanal. Também foi realizada uma revisão das ações movidas pelo Ministério Público Federal (MPF) em torno deste tema, e das ações realizadas pelo Fórum da Lagoa dos Patos. Além destas, uma revisão de literatura sobre os métodos de pesquisa, conceitos de meios de vida e sobre a problemática sócio-ambiental da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos fizeram parte do presente estudo.

Tais dados foram codificados de acordo com seu conteúdo e organizados em ordem cronológica. As leis e decretos foram organizados de forma a identificar a legislação atualmente vigente, uma vez que esta nem sempre obedece uma ordem cronológica sobre a totalidade de seu conteúdo.

De posse dos dados coletados e do levantamento bibliográfico concluído discutiu-se a relação da diversificação de atividades nas comunidades pesqueiras e o nível de dependência destas comunidades ao seguro desemprego para analisar a vulnerabilidade das mesmas.

Uma vez que a vulnerabilidade de um grupo de pessoas está diretamente relacionada à sua capacidade de antecipar, trabalhar, resistir e recuperar-se de situações adversas (Blaikie *et al.*, 1994), foram discutidas as implicações da dependência ao benefício concedido pelo governo na sustentabilidade do meio de vida atual das comunidades, e os possíveis impactos que a retirada desse benefício causaria na manutenção das mesmas como comunidades pesqueiras.

A caracterização do funcionamento da política do seguro desemprego para o pescador artesanal, nos meses onde fica instituída a proibição da pesca devido ao período de defeso, foi realizada com base na revisão bibliográfica supracitada e de entrevistas com responsáveis pelos órgãos regulamentadores destas atividades.

Capítulo 3: Resultados e Discussão

3.1 A política nacional do seguro desemprego para o pescador artesanal

A Política de Seguro Desemprego no Brasil foi instituída pelo Decreto Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e pelo Decreto nº 92.608, de 30 de abril do mesmo ano (BRASIL, 1986). Em 1988, com a entrada em vigor da nova constituição federal, o seguro desemprego passou a ser assegurado como direito constitucional de todos os trabalhadores em situação de desemprego involuntário.

Ao implementar tal política o Governo Federal teve como objetivo garantir uma renda mínima ao beneficiário. Assim fazendo, estaria proporcionando um rendimento provisório e uma adequação do segurado às novas exigências do mercado de trabalho, promovendo uma inclusão social e reduzindo a probabilidade do mesmo vir a precisar novamente do benefício (Teixeira e Abdallah, 2008).

Segundo a Lei Nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, o pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, fará jus ao benefício de seguro desemprego, no valor de um salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação das espécies.

Para acessar tal benefício o pescador artesanal precisa preencher uma série de requisitos estabelecidos pela lei do seguro desemprego do pescador (Lei nº 10.779/2003) e pela resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) nº 648, de 21 de dezembro de 2005, que detalha essa lei. Esses requisitos são:

I - Ter registro como Pescador Profissional devidamente atualizado no Registro Geral da Pesca – RGP, classificado na categoria artesanal, emitido pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR (atual Ministério da Pesca e Aqüicultura - MPA) com antecedência mínima de 1 (um) ano da data do início do defeso;

II - Possuir inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS como segurado especial;

III - Possuir comprovação de venda do pescado a adquirente pessoa jurídica ou cooperativa, no período correspondente aos últimos doze meses que antecederam ao início do defeso;

IV - Na hipótese de não atender ao inciso III e ter vendido sua produção à pessoa física, possuir comprovante de, pelo menos, dois recolhimentos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em sua própria matrícula no Cadastro Específico - CEI, no período correspondente aos últimos doze meses que antecederam ao início do defeso;

V - Não estar em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência Social, ou da Assistência Social exceto auxílio-acidente e pensão por morte;

VI - Comprovar o exercício profissional da atividade de pesca artesanal objeto do defeso e que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso; e

VII - Não ter vínculo de emprego ou outra relação de trabalho, tampouco outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Por outro lado, o pagamento do seguro desemprego pode ser cancelado caso ocorra alguma das seguintes situações:

- Existência de emprego formal ou alguma outra relação de trabalho que não esteja relacionada à pesca;
- Qualquer tipo de atividade de pesca ilegal, incluindo pesca durante o período do defeso;
- Geração de renda por captura de qualquer espécie não relacionada nas proibições durante o período de defeso estabelecido pela lei;
- O período de defeso seja revogado;
- Morte do beneficiário, com exceção dos pagamentos passados devidos;
- Recebimento de pensões ou outra assistência social continua; e
- Prova de atividade fraudulenta ou falsa declaração de atividade.

3.2 Aspectos legais do seguro desemprego para o pescador artesanal no estuário da Lagoa dos Patos

Conforme já apresentado, o período de defeso no estuário da Lagoa dos Patos é determinado pelo calendário de pesca estabelecido na Instrução Normativa nº 03/2004 (tabela 1), tendo os pescadores o direito de receber o seguro desemprego nos meses de junho, julho, agosto e setembro. O seguro desemprego é conhecido entre os pescadores artesanais por seguro defeso uma vez que se refere a um benefício pago durante o período onde a atividade pesqueira é proibida.

No estuário da Lagoa dos Patos encontramos uma situação diferenciada de todo o resto do país. O acesso à atividade de pesca é determinado pela Instrução Normativa nº 03/2004, que permite a atividade pesqueira somente a pescadores devidamente inscritos no Registro Geral da Pesca junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura, e que possuam a licença Ambiental de Pesca fornecida pelo IBAMA.

A licença Ambiental de Pesca, de caráter individual e intransferível, necessita ser renovada a cada ano mediante a comprovação de atividade continuada no estuário da Lagoa dos Patos, ao longo do período de pesca permitido. Trata-se de uma licença única para captura de todas as espécies e nos casos de pedidos de Licença de Pesca dirigidas ao Bagre e ao Camarão-Rosa, a área de localização da andaina (local de fixação de redes de espera) de cada pescador deve ser registrada. As renovações de Licença são realizadas entre os dias 1º de junho e 30 de agosto de cada ano.

De acordo com a IN 03/2004, os pedidos de Licença de Pesca só deveriam ser deferidos depois de ouvido um Fórum com atribuições específicas para o Estuário da Lagoa dos Patos, em uma função consultiva e cooperativa com o Ministério da Pesca e Aquicultura e o IBAMA.

Segundo o Sr. Hélio Azambuja, chefe do Setor de Seguro Desemprego da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/RS) (com. oral), até janeiro do ano de 2012 existia um parágrafo único na lei do seguro desemprego que permitia a exigência da Licença Ambiental para casos específicos, na qualidade de documentação complementar. Além dos documentos exigidos pela lei nº 10.779/2003, pela resolução CODEFAT nº 648/2005 e pela IN Conjunta MMA/SEAP 03/2004, também se exigem os

registros de talonário de notas fiscais emitido pela Secretaria da Fazenda Estadual. A partir de quatro de janeiro de 2012, data da publicação no Diário Oficial da União da Instrução Normativa do Ministério do Trabalho e Emprego nº 01, de 27 de dezembro de 2011, ficou estabelecida a exigência da Licença de Pesca como documento obrigatório em todos os locais onde existe este permissionamento.

Resumidamente, pode-se dizer que no estuário da Lagoa dos Patos tem direito a encaminhar o pedido de seguro desemprego o pescador que possuir:

- Documento de identificação oficial (Carteira de Identidade emitida pelas secretarias de segurança pública ou institutos de identificação - RG, certificado de reservista, carteira de trabalho e previdência social – CTPS e carteira nacional de habilitação - CNH, com foto);
- Comprovante de inscrição no Programa de Integração Social - PIS ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;
- Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- Carteira de Pescador Profissional, categoria artesanal, emitida e atualizada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, cuja data do primeiro registro comprove a antecedência mínima de um ano da data do início do defeso;
- Duas notas fiscais do talão do produtor do pescador emitidas pelo comprador do pescado com suas respectivas contra-notas. No caso do pescador não ter realizado nenhuma comercialização naquele ano, ou não ter conseguido as notas por que só vendeu no varejo, ele pode fazer uma contribuição de 2,3% da sua captura total em um determinado mês. Para fazer a requisição do seguro, são necessárias duas dessas contribuições. Como os valores são pequenos, os pescadores podem efetuar a contribuição através do pagamento de guia de recolhimento do INSS, conforme

disposto nos incs. III e IV do art. 2º, da Resolução CODEFAT nº 65/2010;

- Comprovante do Número de Inscrição do Trabalhador - NIT como segurado especial na Previdência Social;
- Comprovante de inscrição no Cadastro Específico do INSS - CEI, quando necessário;
- Comprovante de domicílio em nome próprio ou do cônjuge ou de familiar, sendo admitida em última hipótese declaração de entidade da categoria ou de órgão público;
- Licença ambiental de Pesca emitida pela autoridade ambiental ou pesqueira competente; e
- Declaração prestada junto ao órgão proponente de que não dispõe de outra fonte de renda, que se dedicou à pesca em caráter ininterrupto durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, e que assume responsabilidade civil e criminal por todas as informações prestadas para fins de concessão de benefício seguro desemprego do pescador artesanal.

Este extenso rol de documentos resulta de uma recomendação, encaminhada no ano de 2008, do Ministério Público Federal ao Ministério do Trabalho e Emprego, para que no estuário da Lagoa dos Patos, além da documentação exigida para o restante do país, fossem exigidos os outros documentos acima citados.

O Sr. Helio Azambuja comunicou ainda que o estuário da Lagoa dos Patos apresenta grande número de fraudes no pedido de seguro desemprego, referentes a pessoas que falsamente se declaram pescadores artesanais para obter o benefício do seguro desemprego durante o período do defeso. A fraude na Lagoa dos Patos apresenta indícios de ser a maior do Rio Grande do Sul, estado que, por sua vez, apresenta um dos maiores índices de fraude do Brasil no que tange a concessão do seguro desemprego. No intuito de reduzir as fraudes opera-se uma ação conjunta

entre o Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, IBAMA, Ministério da Pesca e Aquicultura, Polícia Federal e outros órgãos públicos.

A problemática da fraude do seguro desemprego para o pescador artesanal está em voga na maioria das discussões pertinentes a assuntos pesqueiros no estuário, como por exemplo, nas reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos. Quando questionado sobre o papel do Ministério do Trabalho e Emprego no controle às fraudes, o Sr. Helio Azambuja argumenta que:

“a questão é que o Ministério do Trabalho e Emprego não tem competência legal nem técnica para dizer quem é pescador e quem não é. Quem tem essa competência, quem diz para a sociedade se a pessoa é pescador ou não, é o Ministério da Pesca e Aquicultura. Até 2008 eram duas documentações básicas que diziam se a pessoa é pescador ou não pescador: O Registro Geral da Pesca (RGP) emitido pelo MPA e o Atestado de Pescador emitido pela colônia de pescadores a qual o pescador é filiado. Por força de uma ação direta de inconstitucionalidade interpretada pelo procurador geral da União, julgada em definitivo pelo Tribunal Superior Federal, ficou decidido que a colônia não pode mais emitir esse Atestado. A exigência do referido atestado feria o dispositivo da Constituição Federal da liberdade de associação. Isso impunha que os pescadores fossem necessariamente associados a uma colônia para que pudessem ter acesso ao benefício. Então, a partir de 2009, o único documento que realmente comprova se a pessoa é pescador ou não é o Registro Geral da Pesca e, no estuário da Lagoa dos Patos, a licença ambiental”.

Legalmente, se o cidadão apresentar para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) toda documentação exigida na lei do seguro desemprego do pescador e na resolução do CODEFAT, que detalha essa lei, o MTE é obrigado a conceder o benefício a este cidadão. No estuário da Lagoa dos Patos existe a exigência adicional de documentos numa tentativa dos órgãos públicos e da sociedade local de coibir as fraudes, que aqui ocorrem em número elevado. Portanto, é de competência do Ministério do Trabalho e Emprego atender o que o Ministério da Pesca e Aquicultura afirma:

“Se ele atesta que tal pessoa é pescador nós temos que conceder o seguro a este cidadão, desde que ele apresente a documentação exigida” (Hélio Azambuja, comunicação oral).

De acordo com a legislação vigente, seria do Ministério da Pesca e Aquicultura a responsabilidade de controlar a liberação das Carteiras do Pescador, através do Registro Geral da Pesca, e do IBAMA a de liberar a

Licença Ambiental de Pesca. De posse dessa documentação o cidadão passa a ser identificado como pescador artesanal.

Essa questão já vem sendo discutida há alguns anos, tendo Costa (2004) enfatizado que, na época, já se acreditava na existência de problemas quanto ao seguro desemprego, devido ao grande número de relatos sobre a existência de pessoas recebendo o benefício, mas que na realidade não exerciam a atividade de pesca. Tal fato é motivado pela falta de organização dos pescadores artesanais e de verdadeira representação destes pescadores dentro do setor, além de conceitos diferenciados do que é “ser pescador artesanal”.

Outro ponto a ser discutido no que tange a fraude do seguro desemprego é a incongruência institucional. Os órgãos governamentais responsáveis pela regulamentação da pesca, atualmente o Ministério da Pesca e Aquicultura e o IBAMA, não possuem uma política de trabalho ou um banco de dados em comum. Essa falta de trabalho conjunto dificulta a identificação do pescador artesanal facilitando que as fraudes ocorram.

Desde que foi instaurado o período do defeso e, conseqüentemente, o direito do pescador artesanal ao seguro desemprego, o número de pescadores que encaminham seus pedidos de licença vem aumentando significativamente. Segundo dados fornecidos pelo próprio IBAMA (Tabela 3) entre 1999 e 2009 houve um aumento de cerca de 60% no pedido de licenças. Esse aumento pode ser creditado ao fato de o defeso no estuário e o pagamento do benefício terem sido implementados nesse período.

Tabela 3: Número de pedidos de Licença Ambiental para a Pesca no Estuário da Lagoa dos patos

Cidade	1999	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Arambaré		1				7	4	3	2
Camaquã						6	1	1	1
Laguna			3		64			11	1
Mostardas		3			1	42	12	7	2
Palmares do Sul						25		5	
Pelotas	6	777	881	665	834	1142	1087	786	939
Rio Grande	1051	1573	2089	2069	1836	2165	2052	1333	1125
São José do Norte	1347	1647	2501	2384	2306	2575	2591	1736	1589
São Lourenço do Sul	2	144	77	164	152	351	322	200	183
Tapes						85		2	1
Tavares		57	1	1	59	147	118	119	53
Xangrilá					2	3	3	2	
Totais	2406	4202	5552	5283	5254	6548	6190	4205	3896

Fonte: Escritório Regional do IBAMA – Rio Grande

Nota-se nos dados fornecidos pelo IBAMA a existência de uma lacuna entre os anos de 2000 e 2003, devido à falta de coleta de dados durante este período. Outra observação importante é o número de municípios onde existem pescadores solicitando a licença de pesca. Todos esses municípios, com exceção de Xangrilá e Laguna, se localizam no entorno da Lagoa dos Patos e alegam usar as áreas de estuário para atividades de pesca.

Teixeira e Abdallah (2008) analisaram dados de acesso à política do seguro desemprego para o pescador artesanal, e identificaram um crescimento acelerado na busca por esse benefício, a uma taxa média anual de 36,64%, entre 1992 e 2003. Em contrapartida, de acordo com os dados de desembarques pesqueiros de pescado no Rio Grande do Sul reportados pelo CEPERG/IBAMA observa-se ao longo do tempo uma tendência decrescente no volume a partir do início da década de 1970, chegando ao início de 2000 com volumes aquém das 20.000 toneladas capturadas pela pescaria artesanal.

Diante dessas avaliações faz-se necessário ressaltar uma evidente preocupação, identificando de um lado o aumento do número de pescadores artesanais, o que pode estar caracterizando um estímulo ao aumento do esforço de pesca e, de outro, o fato da queda no estoque de pescado, evidenciado pela tendência decrescente no volume desembarcado ao longo dos anos (Teixeira e Abdallah, 2008).

Já a partir do ano de 2010 nota-se uma redução acentuada no número de pedidos de licença ambiental uma vez que as mulheres que não exercem atividade de captura, sob orientação das organizações representativas dos pescadores artesanais, foram instruídas a não realizar pedidos de licenças de pesca. Tal política foi adotada sob orientação de discussões realizadas no Fórum da Lagoa dos Patos durante os meses anteriores ao pedido de licenciamento ambiental que entendeu que a licença só seria necessária em casos de realização de esforço de pesca.

Seriam importantes estudos futuros que elucidassem a questão de se o esforço de pesca na lagoa está realmente sofrendo flutuações de acordo com o aumento no número de pedidos de licença ambiental ou se esse reflete a quantidade de oportunistas tentando tirar proveito de um benefício oferecido pelo governo a essa classe de trabalhadores.

O problema enfrentado pelo aumento no número de pescadores no estuário da Lagoa dos Patos se agrava diante da falta de mecanismos legais que impeçam que qualquer cidadão solicite a documentação de pesca, e da ausência, por parte dos órgãos competentes, de um controle efetivo sobre a liberação da documentação. Diante de tantas fragilidades no sistema de gestão os casos de fraude são de difícil identificação e controle.

A dependência de assistência governamental aparece como saída para a crise, mesmo que momentânea. O oportunismo deflagrado por alguns que vêem os programas assistenciais como solução, não é regra dentro da comunidade pesqueira, como é o caso da indignação dos pescadores no referente ao recebimento do seguro desemprego por pessoas que não vêm exercendo a atividade (Costa, 2004).

3.3 A relação do pescador artesanal do estuário da Lagoa dos Patos com o seguro desemprego

A importância do seguro desemprego aos pescadores artesanais do estuário da Lagoa dos Patos faz-se notória a todos que vivenciam a realidade da pesca local. Através de análise das atas das reuniões do Fórum da Lagoa dos Patos a partir de março de 2009 (primeira reunião acompanhada pela autora) até a reunião de junho de 2012, não existiu nem uma única reunião

em que o assunto do seguro desemprego não fosse parte das discussões envolvendo os pescadores.

Na maioria das vezes estas discussões estiveram associadas ao direito do recebimento do benefício por diferentes tipologias de pescadores, tendo no último ano ganho um caráter de discussão de gênero devido ao impedimento e posterior ganho judicial do direito de recebimento por parte das mulheres que exercem suas atividades dentro da cadeia de produção da pesca.

Essa discussão parece ser infinita uma vez que as leis que regem o pagamento do seguro desemprego neste caso são incongruentes. Pela lei geral da pesca (Lei nº 11959-09/2009 - Lei da Pesca e Aquicultura), têm direito ao recebimento todos os envolvidos na pesca em regime de economia familiar, ou seja, todos que trabalham para manter os meios de vida da unidade familiar. Pela Instrução Normativa do Ministério do Trabalho e Emprego nº 01/2011 só tem o direito ao recebimento o pescador que possuir o licenciamento ambiental que por sua vez só é emitido aos pescadores que exercem esforço de pesca, ou seja, aos pescadores em atividades de captura.

3.3.1 O incremento de renda proporcionado pelo seguro desemprego e a dependência dos pescadores a esse benefício

O incremento de renda proporcionado pelo seguro desemprego ao pescador artesanal na Lagoa dos Patos foi avaliado baseando-se no percentual que este representa na renda líquida anual das unidades familiares.

Para esta análise partiu-se da identificação do número de pessoas que atuam na pesca em cada unidade familiar e, dentre essas, o número que acessa o benefício (Figura 7).

Com base nos resultados é possível afirmar que a comunidade da Ilha da Torotama apresenta uma relação mais expressiva com a pesca do que a comunidade da Vila São Miguel, uma vez que a mesma apresenta maior número de pessoas atuando na pesca em cada unidade familiar, bem como

um maior número de pessoas que recebem o benefício por unidade. Apesar disso, observa-se que, percentualmente, os pescadores da Vila São Miguel têm um maior acesso ao benefício do seguro desemprego do que os da Ilha da Torotama.

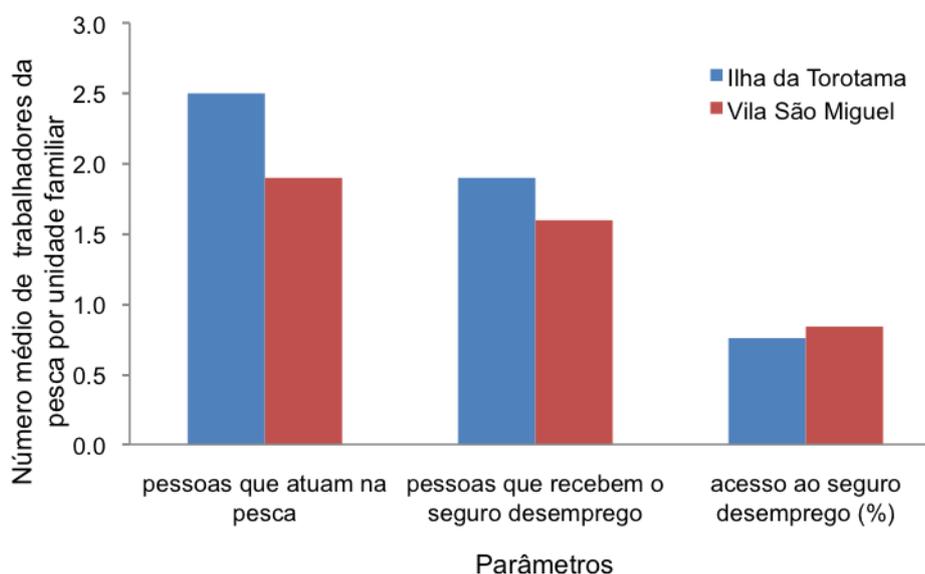


Figura 7: Atuação na pesca e acesso ao seguro desemprego nas comunidades da Ilha da Torotama e da Vila São Miguel.

Pode-se inferir que o maior acesso ao benefício pelos pescadores da Vila São Miguel seja consequência da localização geográfica da comunidade que, por ser urbana, está mais próxima ao centro administrativo do município, contando assim com uma maior facilidade de informação e acesso aos órgãos reguladores da atividade pesqueira.

Os pescadores da Ilha da Torotama, por ser uma comunidade localizada na zona rural do município, têm contra si a maior dificuldade no deslocamento até o centro administrativo municipal. Junte-se a esta dificuldade o fato do extenso rol de documentos exigidos para a solicitação do seguro desemprego e o agravante de que os pescadores da Ilha da Torotama apresentam maior índice de analfabetismo em comparação com os pescadores da Vila São Miguel (Kalikoski e Vasconcellos, 2012).

Na Ilha da Torotama o nível de dependência das unidades familiares ao benefício do seguro desemprego variou entre 9,19 e 59,66% em anos de safras consideradas boas, e entre 14,18% e 65,99% em anos de safras ruins, enquanto a vulnerabilidade a safras ruins variou entre 3,61% e 19,63% (tabela 4). Nesta localidade ocorreu um caso considerado extremo, em que o nível de dependência da unidade familiar ao benefício atingiu valores de 59,66% e 65,99% respectivamente para os anos de safras boas e ruins.

Na Vila São Miguel o nível de dependência das unidades familiares ao benefício do seguro desemprego variou entre 9,28% e 31,93% em anos de safras consideradas boas, e entre 12,56% e 47,01% em anos de safras ruins, enquanto a vulnerabilidade a safras ruins variou entre 1,26% e 15,08% (tabela 5). Nesta comunidade não foi registrado nenhum caso em que o benefício do seguro desemprego representasse a metade ou mais da renda anual da unidade familiar, mesmo em anos de safras consideradas ruins.

Em uma análise geral, agrupando-se os dados das duas comunidades, tem-se que a vulnerabilidade a safras ruins está diretamente relacionada ao nível de dependência das unidades familiares ao benefício do seguro desemprego, exceto para aquele caso extremo, observado na Ilha da Torotama, em que a dependência ao seguro desemprego é tamanha que a variação dos rendimentos líquidos provenientes da atividade pesqueira, em anos de safras consideradas boas e ruins, torna-se pouco relevante, tendo este dado sido, portanto, desconsiderado para esta análise.

A vulnerabilidade a safras ruins apresentou um melhor ajuste, em um modelo polinomial de segunda ordem, ao nível de dependência em safras ruins ($R^2=0,8787$), comparativamente ao nível de dependência em safras boas ($R^2=0,7637$) (Figura 8 – A e B).

Tabela 4: Rendimentos líquidos médios anuais provenientes da pesca e níveis de dependência das unidades familiares, considerando as situações hipotéticas de safras boas e ruins, na comunidade da Ilha da Torotama.

Unidade familiar	número de pessoas que atuam na pesca	número de pessoas que recebem o seguro desemprego	Rendimento líquido médio anual proveniente da pesca (R\$)		Renda anual proveniente de outras fontes (R\$)			Valor total anual (Rendimento líquido da pesca + Renda de outras fontes) (R\$)		Nível de dependência da unidade familiar ao seguro desemprego (%)		vulnerabilidade a safras ruins (%)
			em safras boas	em safras ruins	seguro desemprego	atividades econômicas diversas	outros benefícios sociais	em safras boas	em safras ruins	em safras boas	em safras ruins	
1	2	2	8.700,00	3.400,00	4.976,00	0,00	864,00	14.540,00	9.240,00	34,22	53,85	19,63
2	4	2	11.200,00	4.900,00	4.976,00	0,00	864,00	17.040,00	10.740,00	29,20	46,33	17,13
3	3	2	48.300,00	19.200,00	4.976,00	0,00	864,00	54.140,00	25.040,00	9,19	19,87	10,68
4	4	2	2.500,00	1.700,00	4.976,00	0,00	864,00	8.340,00	7.540,00	59,66	65,99	6,33
5	2	1	13.600,00	7.600,00	2.488,00	0,00	7.464,00	23.552,00	17.552,00	10,56	14,18	3,61
6	2	2	13.500,00	8.000,00	4.976,00	8.000,00	1.608,00	28.084,00	22.584,00	17,72	22,03	4,32
7	2	2	9.000,00	4.000,00	4.976,00	0,00	864,00	14.840,00	9.840,00	33,53	50,57	17,04
8	2	2	9.500,00	5.500,00	4.976,00	8.000,00	2.076,00	24.552,00	20.552,00	20,27	24,21	3,94
9	2	2	9.500,00	5.000,00	4.976,00	0,00	1.608,00	16.084,00	11.584,00	30,94	42,96	12,02
10	2	2	12.000,00	5.800,00	4.976,00	0,00	1.608,00	18.584,00	12.384,00	26,78	40,18	13,41

Tabela 5: Rendimentos líquidos médios anuais provenientes da pesca e níveis de dependência das unidades familiares, considerando as situações hipotéticas de safras boas e ruins, na comunidade da Vila São Miguel

Unidade familiar	número de pessoas que atuam na pesca	número de pessoas que recebem o seguro desemprego	Rendimento líquido médio anual proveniente da pesca (R\$)		Renda anual proveniente de outras fontes (R\$)			Valor total anual (Rendimento líquido da pesca + Renda de outras fontes) (R\$)		Nível de dependência da unidade familiar ao seguro desemprego (%)		vulnerabilidade a safras ruins (%)
			em safras boas	em safras ruins	seguro desemprego	atividades econômicas diversas	outros benefícios sociais	em safras boas	em safras ruins	em safras boas	em safras ruins	
1	2	2	17.000,00	9.000,00	4.976,00	0,00	864,00	22.840,00	14.840,00	21,79	33,53	11,74
2	2	1	3.500,00	2.000,00	2.488,00	12.000,00	0,00	17.988,00	16.488,00	13,83	15,09	1,26
3	2	2	9.200,00	4.000,00	4.976,00	9.600,00	0,00	23.776,00	18.576,00	20,93	26,79	5,86
4	2	2	7.500,00	3.000,00	4.976,00	7.000,00	864,00	20.340,00	15.840,00	24,46	31,41	6,95
5	2	2	14.000,00	6.000,00	4.976,00	6.000,00	864,00	25.840,00	17.840,00	19,26	27,89	8,64
6	1	1	7.000,00	3.000,00	2.488,00	0,00	7.464,00	16.952,00	12.952,00	14,68	19,21	4,53
7	3	1	16.000,00	9.000,00	2.488,00	7.464,00	864,00	26.816,00	19.816,00	9,28	12,56	3,28
8	2	2	18.000,00	11.000,00	4.976,00	0,00	0,00	22.976,00	15.976,00	21,66	31,15	9,49
9	1	1	4.000,00	1.500,00	2.488,00	0,00	1.608,00	8.096,00	5.596,00	30,73	44,46	13,73
10	2	2	9.000,00	4.000,00	4.976,00	0,00	1.608,00	15.584,00	10.584,00	31,93	47,01	15,08

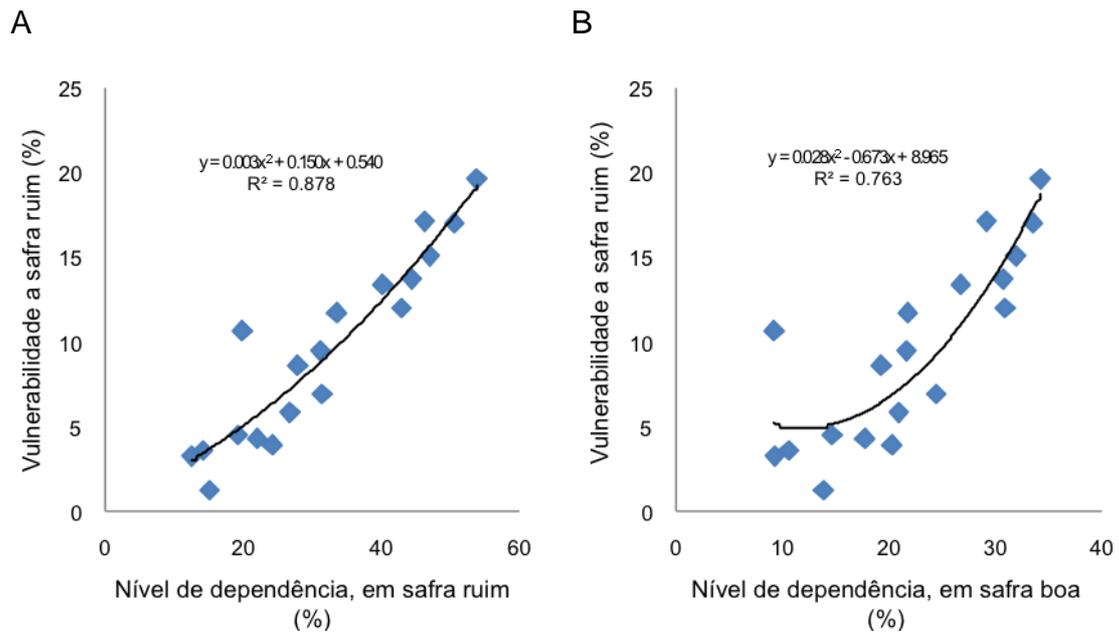


Figura 8: Correlação entre a vulnerabilidade a safra ruim e os níveis de dependência ao seguro desemprego em safras ruins (A) e boas (B), para o conjunto dos dados coletados.

Em média os pescadores da Ilha da Torotama apresentam maiores níveis de dependência ao benefício do seguro desemprego e maior vulnerabilidade a safras ruins do que os da Vila São Miguel.

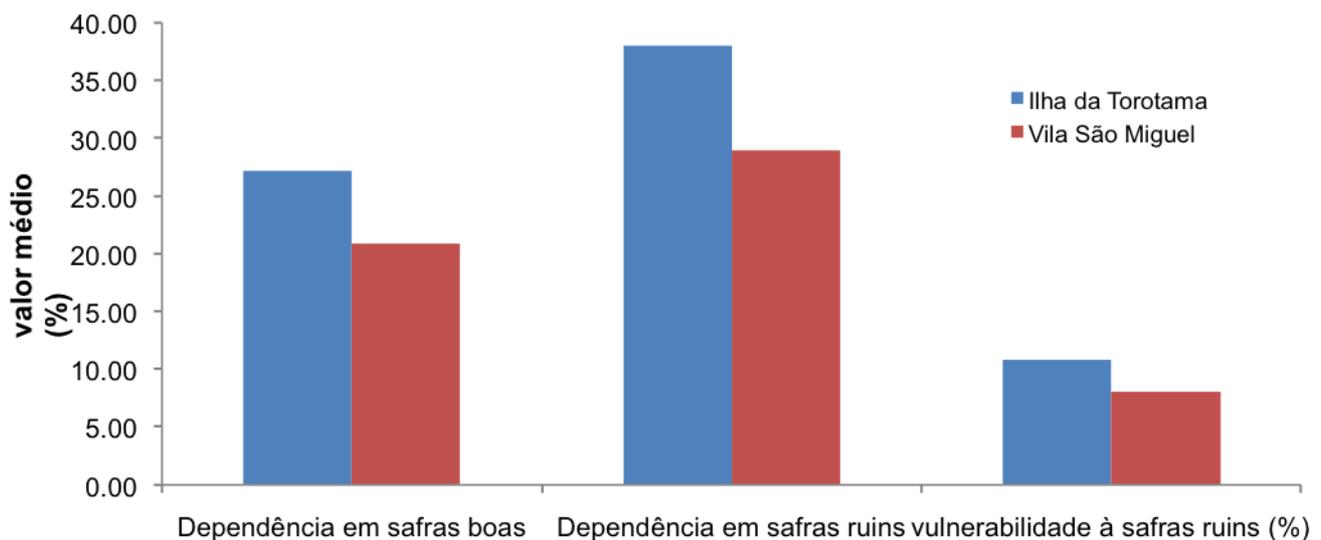


Figura 9: Nível de dependência da unidade familiar ao seguro desemprego dos pescadores artesanais nas comunidades da Ilha da Torotama e da Vila São Miguel.

Foram encontrados diferentes cenários dentro da mesma comunidade e entre as comunidades trabalhadas, sendo estas variações relacionadas ao poder de pesca diferenciado entre as diferentes unidades familiares amostradas, e ao incremento de renda obtido através de atividades remuneradas fora da pesca. As variações no nível de dependência também podem ser associadas ao acesso a outros benefícios assistenciais oferecidos pelo governo, como bolsa escola e aposentadoria, onde famílias que recebem tais benefícios têm uma renda assegurada independente das atividades de pesca.

O maior nível de dependência observado Ilha da Torotama pode ser relacionado ao baixo incremento de renda gerado por outras atividades não relacionadas à pesca. Já na Vila São Miguel, a menor dependência ao seguro está relacionada a uma menor dependência das atividades pesqueiras para manutenção da renda familiar, através da diversificação das atividades econômicas (Figura 10).

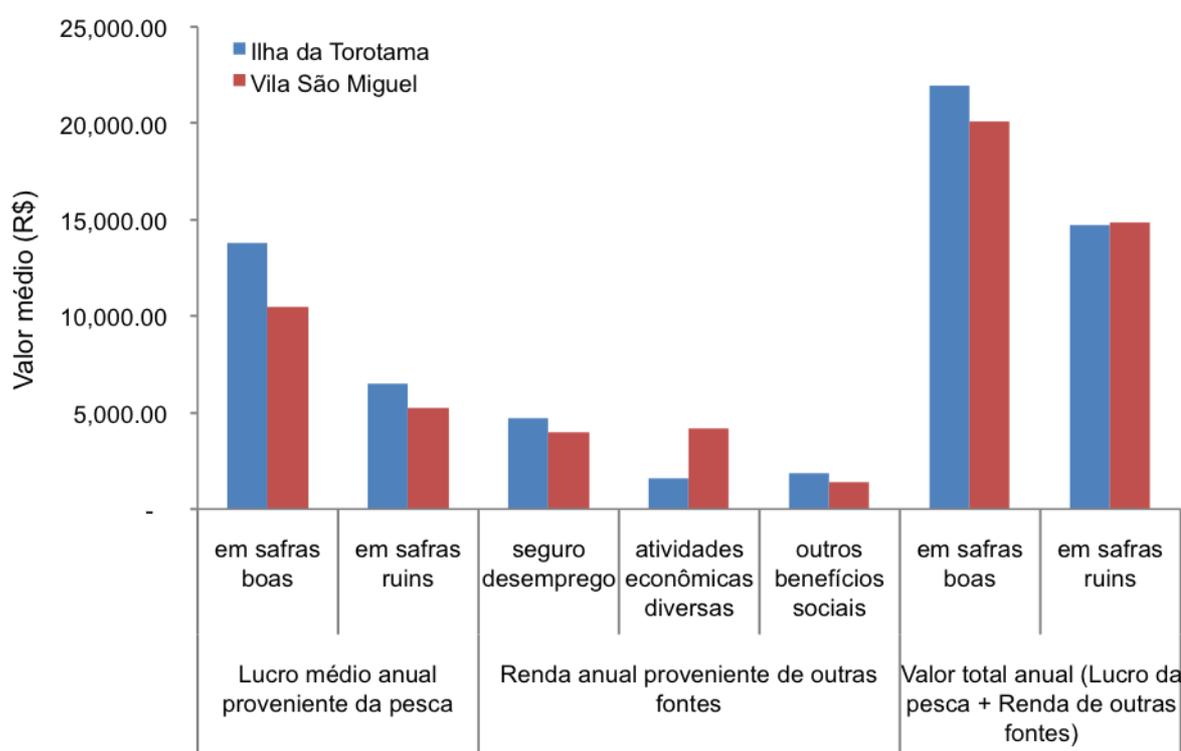


Figura 10: Composição de renda familiar e suas diferentes variáveis nas comunidades da Ilha da Torotama e da Vila São Miguel.

Foi observada uma relação que varia de acordo com a condição da safra entre o esforço de captura e o nível de dependência do seguro. Unidades familiares com maior poder de pesca (maiores embarcações e maior disponibilidade de petrechos de pesca) apresentam as menores taxas de dependência nas safras boas, porém não apresentam o mesmo resultado em safras ruins. Existe uma maior oscilação na sua dependência se comparadas a unidades familiares com baixo poder de pesca. Em situações de safras boas o rendimento líquido dessas unidades familiares é significativamente maior do que em situações de safra ruim.

Esse fato se deve a maior disponibilidade de petrecho de pesca e conseqüentemente maior poder de captura relacionado à disponibilidade do recurso. Em situações de safra boa, os pescadores usam todo o seu equipamento sendo que este fica subutilizado em anos de safra ruim. Já para uma unidade familiar com baixo poder de pesca, a sua capacidade de captura é facilmente atingida sendo que em uma safra boa ela não consegue aumentar os seus rendimentos líquidos de forma tão acentuada. Para estes a variação de ganho de uma safra para a outra é menor, mantendo mais estável a sua dependência ao seguro.

Esses parâmetros não foram utilizados para análises estatísticas por não possuírem uma variável de padronização como, por exemplo, o comprimento das embarcações. Considerando-se a utilização do comprimento das embarcações como variável fixa de padronização, os dados teriam que ser necessariamente categorizados em diferentes classes de comprimento das embarcações. Para tanto, um número amostral maior seria necessário. Uma vez que o objetivo deste trabalho é ser uma descrição qualitativa e não quantitativa da dependência dos pescadores ao seguro desemprego, análises de variância foram dispensadas.

Além do seguro desemprego, existem outros benefícios sociais que complementam a renda dessas famílias como aposentadorias e bolsa escola. Os que apresentam maior porcentagem de recebimento são os benefícios relacionados às crianças em idade escolar dentro do núcleo familiar (bolsa escola). Cada criança frequentadora de escola de rede pública de ensino

recebe 72,00 (setenta e dois reais) mensais durante todo o ano, totalizando R\$ 864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais) ao ano. Esse recebimento foi verificado em 100% das unidades familiares que possuíam essa característica na Ilha da Torotama e na Vila São Miguel.

3.3.2 A diversificação de atividades do pescador artesanal para manutenção de seus meios de vida

Conforme orientado por Russel (2006) e já citado anteriormente, o modelo de entrevistas para a obtenção de dados qualitativos depende muito da interpretação dessas perguntas tanto pelo pesquisador que a executa quanto pelo entrevistado.

A interpretação dada ao caso da execução de outras atividades econômicas pelos pescadores, para manutenção dos meios de vida, é um exemplo de interpretação a ser feita de maneira cuidadosa, pois existem diferentes aspectos que permeiam essa questão quanto à caracterização econômica da atividade pesqueira, e o direito de percepção da realização da mesma.

O aspecto mais importante a ser levado em consideração está relacionado à caracterização do pescador artesanal perante os órgãos reguladores da pesca.

O Ministério da Pesca e Aquicultura, responsável pelo fornecimento do documento de identificação do pescador, baseado na Lei nº 11.959/09, considera pescador artesanal aquele que exercer atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. Esse pescador artesanal tem direito ao recebimento do seguro desemprego no período de defeso na categoria de segurado especial.

Para o Ministério do Trabalho e Emprego, responsável pelo pagamento do seguro desemprego aos segurados especiais (pequeno produtor rural e pescador artesanal), a regra geral é que qualquer um desses dois que exerça outra atividade remunerada está excluído do conceito de

segurado especial e, portanto, não tem direito ao recebimento do benefício (Lei nº 10.779/03).

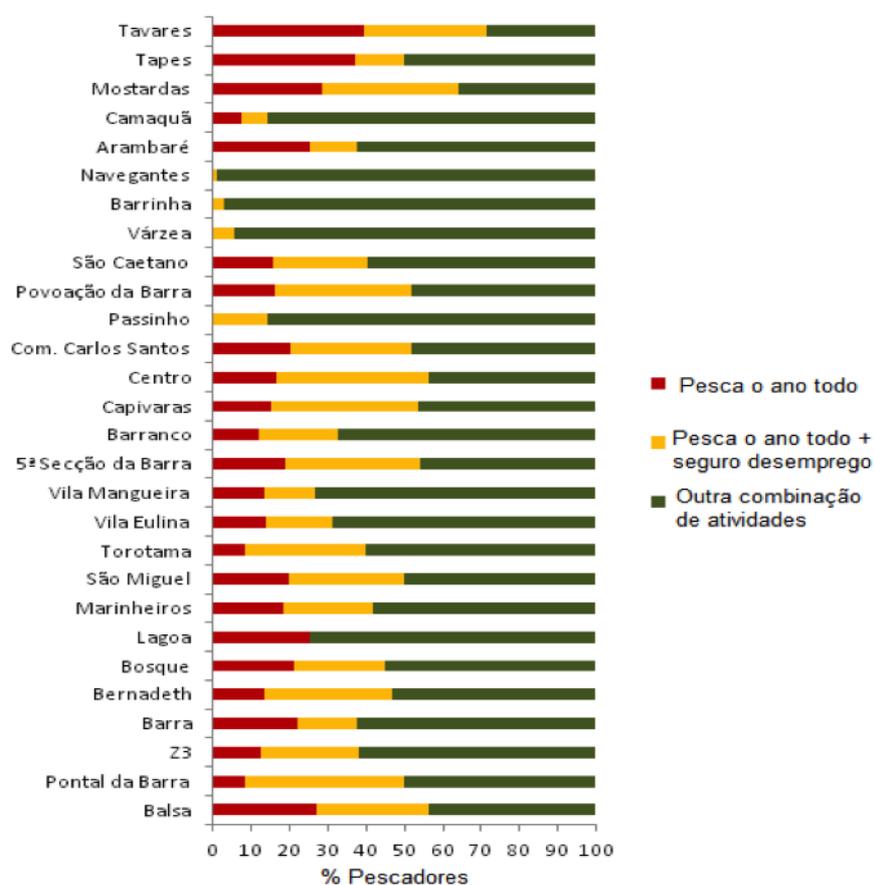
De acordo com a lei nº 6.938/81 sendo a pesca entendida como uma atividade utilizadora de recursos naturais, passível de causar degradação ambiental, deve estar sujeita ao licenciamento ambiental para a captura de espécies altamente migratórias, espécies subexploradas ou inexploradas e espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, como é o caso dos recursos encontrados na Lagoa dos Patos. É atribuição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) realizar o licenciamento ambiental para o uso dos recursos pesqueiros nesta região. Para este órgão, existe a determinação de que sejam fornecidas licenças de pesca apenas aos pescadores que vêm exercendo suas atividades de pesca de maneira contínua. Uma vez que para realizar o pedido de licença ambiental de pesca é necessária a apresentação de mapas de bordo que reflitam as atividades desenvolvidas, o caráter contínuo da atividade é controlado através da realização dos pedidos de licença ambiental dos anos anteriores.

Portanto, para que o pescador artesanal seja considerado como tal e tenha o direito ao recebimento dos benefícios a ele destinados durante o período em que é impedido de exercer as suas atividades, o mesmo deve exercer atividade de pesca de forma exclusiva e continuada. Esses dois fatores fazem com que, na maioria das vezes, quando se realiza uma entrevista de caráter quantitativo, as experiências relatadas sejam superficiais, não refletindo a realidade da unidade familiar.

Para análise de atividades com caráter de manutenção de meios de vida, deve-se considerar a diferença entre atividades com retorno econômico, ou seja remuneradas, e atividade de subsistência, principalmente em comunidades rurais, como é o caso da Ilha da Torotama.

A exposição acima se deve ao fato do presente trabalho ter chegado a resultados que complementam aqueles alcançados no “Projeto Censo da Pesca Artesanal” no que tange a condição da realização de outras atividades concomitantes com a pesca, aprofundando esta análise quanto ao caráter remunerado destas atividades, justificando as diferentes interpretações quando observados à luz das entrevistas qualitativas.

Os resultados apresentados por Kalikoski e Vasconcellos (2012), referentes à análise de duas perguntas realizadas no questionário do projeto Censo da Pesca Artesanal, relacionadas à quais atividades os pescadores artesanais realizam para manter o sustento de sua família, tendo como opções de resposta não somente atividades relacionadas à pesca, revelaram que tanto na comunidade da Ilha da Torotama quanto na Vila São Miguel existe uma predominância na combinação da pesca com outras atividades (Figura 11).



Fonte: Kalikoski e Vasconcellos (2012)

Figura 11: Porcentagem de pescadores adotando três diferentes estratégias como fonte principal de obtenção de renda.

Por tratar-se de uma comunidade mais isolada onde existe maior dificuldade no acesso ao centro do município, na Ilha da Torotama os pescadores possuem poucas alternativas de atividades remuneradas fora da atividade pesqueiras. Nos casos de atividades remuneradas (20% do n

amostral), as mesmas estavam relacionadas ao setor de construção civil, na maioria das vezes em outras comunidades, nos meses referentes ao período do defeso (Figura 10).

Já em caráter não remunerado foram identificadas, em todas as unidades familiares, atividades relacionadas à manutenção da segurança alimentar. Dentre elas, as mais frequentes foram a pecuária, principalmente a criação de vacas para consumo da carne e leite, ovelhas para consumo da carne e galinhas para consumo da carne e ovos.

Também frequentes, mas não na maioria das unidades familiares, foram identificadas atividades de plantio para consumo próprio, geralmente em uma pequena extensão de terra nos fundos da casa, caracterizadas por uma baixa diversidade de gêneros cultivados como: mandioca, batata doce, milho verde e verduras em geral.

Uma vez identificada a subutilização do espaço para a agricultura, o que difere da realidade de outras comunidades rurais da região, foram realizadas buscas à respostas para esta questão. Segundo o conhecimento ecológico tradicional de alguns dos pescadores entrevistados, a região da Ilha da Torotama apresenta água salobra em seus lençóis freáticos sendo inviável a sua utilização para irrigação.

Um importante dado observado durante este trabalho é que, apesar de não comercializados, os produtos da agricultura e pecuária familiares da Ilha tem seu valor econômico dentro da própria comunidade. É comum casos de troca de produtos entre unidades familiares, principalmente em famílias com relação de parentesco. Também é comum que as famílias formem pequenas comunidades de consumo, onde cada membro forneça determinado gênero alimentício para todos os outros, sendo possível uma diversificação constante da dieta da família. Por exemplo, dentro de uma mesma família, uma unidade familiar oferece ovos, outra verdura, outra leite e assim por diante.

Em suma, das 10 unidades familiares entrevistadas, apenas duas (20%) apresentam renda proveniente de outras atividades que não estão relacionadas as atividades pesqueira, porém todas elas realizam, de alguma

maneira, atividades não relacionadas à pesca para a manutenção dos seus meios de vida. De forma clara pôde-se identificar que não existe na comunidade outra atividade mais importante do que a atividade pesqueira e que a retirada do benefício do seguro desemprego causaria a erosão desta comunidade, uma vez que os seus habitantes seriam obrigados a abandonar seus territórios de origem em busca de trabalho nos meios urbanos.

Os dados do projeto Censo da Pesca Artesanal indicaram que na Ilha da Torotama, de maneira geral, existe uma predominância de combinação de outras atividades com a pesca para manutenção dos meios de vida. Esta informação foi julgada verídica pelos pescadores artesanais porém é importante ressaltar que essas outras atividades, como citadas no presente estudo, na maioria das vezes não são remuneradas e não podem ser confundidas com atividades que proporcionam aporte de renda extra para a unidade familiar. Deve-se neste caso, levar em consideração que o foco deste trabalho gira em torno do conceito de meios de vida e não do de estimativas de renda e rendimentos líquidos com as atividades pesqueiras.

Foi identificada uma grande preocupação com relação à interpretação dos resultados do Censo, principalmente devido às consequências que este resultado poderia ter no pagamento do benefício do seguro desemprego, uma vez que na comunidade a existência de alternativas de renda não relacionadas à pesca é praticamente nula.

Na Vila São Miguel 60% dos entrevistados exerciam outros tipos de atividade remunerada em complemento as atividades de pesca. Na maioria dos casos tais atividades são realizadas em períodos diversos do ano, sem caráter fixo e com exceção aos meses em que ocorre a safra do camarão (Figura 10).

Por tratar-se de uma comunidade urbana, onde o acesso ao centro administrativo e econômico do município é facilitado, apresenta uma grande diversidade de atividades a serem realizadas em caráter temporário. Entre as atividades identificadas encontram-se: serviços gerais, ajudante de pedreiro e carpinteiro, pintura residencial, oficina automotiva e naval, trabalhos relacionados à atividade portuária como descarga de arroz e carregamento

de caminhões, além de atividades relacionadas à pesca industrial como embarque em barcos de pesca e remendo de redes.

Também é possível notar que a renda obtida pela realização destas atividades na Vila São Miguel é, em média, maior que a renda obtida pelas atividades remuneradas fora da pesca realizadas pelos pescadores da Ilha da Torotama (Figura 10).

Analisando a dependência ao seguro desemprego por viés mais qualitativo os pescadores foram questionados sobre qual o destino dado para o dinheiro recebido no período do defeso. Essa análise proporcionou o entendimento de como esse benefício melhora a qualidade de vida dos pescadores, uma vez que em anos de safra boa o valor é convertido em bens materiais (como fogões, geladeiras, móveis e materiais de construção para pequenas reformas) que aumentam o conforto e a segurança dos lares, e em anos de safras ruins esse valor é, em sua totalidade, convertido em alimentos para a família.

Apesar de ambas as comunidades apresentarem os mesmos resultados citados acima, a estratégia de utilização desse benefício para sobrevivência é diferente.

Na Ilha da Torotama, em situações de safras boas, os pescadores fazem grandes ranchos, ou seja, com o rendimento líquido obtido principalmente na safra do camarão compram grandes quantidades de comida não perecíveis como arroz, feijão e açúcar para estoque que dure o ano todo. O dinheiro extra recebido, seja pelo seguro desemprego ou pela renda obtida nas outras safras, serve para manter as outras atividades e necessidades da unidade familiar como pagamento de energia elétrica, vestuário e material escolar. A prioridade é sempre a compra de alimentos. Já em situações de safras ruins o dinheiro recebido do governo pelo pagamento do seguro desemprego é utilizado para manter a alimentação da família até que seja possível obter algum rendimento líquido com a pescaria sendo as outras necessidades da unidade familiar não contempladas.

Na Vila São Miguel, onde existe a segurança de se obter renda extra proveniente de outros trabalhos caso seja necessário, o dinheiro obtido nas boas safras, principalmente do camarão, é revertido na compra de alimentos de uso imediato e em bens materiais. Ao contrário dos pescadores da Ilha da Torotama, na Vila São Miguel não existe a preocupação de se ter em casa grandes estoques de comida. Essa diferença de comportamento também pode estar associada a maior facilidade de obtenção desses itens de consumo devido à proximidade com os locais que comercializam os produtos. Já em anos onde a safra do camarão é frustrada, ou seja, em anos de safra ruim, o dinheiro recebido do seguro desemprego mantém a segurança alimentar da unidade familiar.

Tratou-se aqui principalmente da safra do camarão, pois segundo os pescadores é a safra com maior rendimento associado e a qual a maioria dos pescadores se dedica.

Em suma, apesar de existirem diferentes estratégias de utilização do valor referente ao seguro desemprego, em ambos os casos, a dependência do mesmo para a manutenção da unidade familiar é imprescindível. Trata-se da segurança alimentar de 100% das famílias entrevistadas em períodos de safras ruins, sendo importante aqui ressaltar que essas situações têm sido cada vez mais frequentes.

Além da dependência mencionada, tentou-se analisar os possíveis impactos que a retirada do benefício poderia causar na manutenção dos meios de vidas das unidades familiares.

Para tal, os próprios entrevistados foram questionados sobre quais seriam as consequências da retirada do benefício para a manutenção de sua unidade familiar. Em 100% dos casos os entrevistados responderam que teriam que abandonar as atividades pesqueiras. Mais impactante do que abandonar a atividade é o caso dos pescadores da Ilha da Torotama que teriam que abandonar também seus territórios tradicionais.

3.4 A percepção dos pescadores artesanais acerca do período de defeso para manutenção da sustentabilidade ambiental

Com intuito de capturar a percepção dos pescadores acerca do período de defeso, foram realizadas perguntas focadas no reconhecimento, na importância, no seguimento e na função deste período.

Como citado anteriormente, atualmente as safras são delineadas de acordo com as seguintes datas (Tabela 6):

Tabela 6: Delineamento das safras de acordo com o atual calendário de pesca.

Espécie	Período de proibição de pesca
Camarão Rosa	01/06 – 31/01
Tainha	01/06 – 30/09
Corvina	01/03 – 30/09
Bagre	01/06 – 30/09 e 01/12 – 30/09
Período de defeso para todas as espécies	01/06 – 30/09

Quando questionados sobre a aprovação da existência do período do defeso apenas um dos pescadores entrevistados (5%) manifestou-se contrário. Porém, quando o assunto é o período do ano em que esse defeso está estabelecido, as opiniões são mais diversas. A maioria dos pescadores entrevistados (75%) acredita que o calendário de pesca está adequado ao período do clima mais frio e não ao período de reprodução das espécies, sendo assim contrário ao estabelecimento do período quanto à função de preservação das espécies, mas favorável a ele no tocante à geração de renda que este período proporciona (Figura 12).

De maneira geral os entrevistados alegam que no inverno, época em que ocorre o defeso, não há pescarias disponíveis na lagoa que sejam suficientes para gerar renda necessária ao sustento de suas famílias, sendo importante, portanto, o benefício pago pelo governo. Dizem não acreditar no defeso para preservação das espécies uma vez que “*se jogarem uma rede na lagoa neste época do ano, pouco conseguirão pescar*”. Os outros 25% dos pescadores entrevistados acreditam que o período está adequado para preservar a reprodução das espécies.

De acordo com o conhecimento ecológico tradicional, antes da instauração do período de defeso, a pesca artesanal seguia um calendário de atividades determinado pela abundância dos recursos pesqueiros nas diferentes épocas do ano e era baseado na experiência dos pescadores locais.

De janeiro a maio os pescadores capturavam camarão e tainha. A tainha era pescada principalmente em dois períodos: em janeiro, quando os adultos entravam no estuário retornando das zonas de desova no mar, e durante as corridas de desova, que normalmente ocorrem entre os meses de abril e junho.

A temporada de pesca da corvina começava em outubro e durava até o início do verão (Kalikoski e Vasconcellos, 2005).

As fases da lua são também consideradas como fatores importantes na determinação do tempo e do sucesso de uma pescaria. Por exemplo, a lua cheia normalmente determina boas capturas de camarão, mas não de corvina. A lua minguante é considerada excelente para a tainha, normalmente, de acordo com os pescadores, a lua minguante de maio desencadeia o comportamento de desova da espécie.

Mesmo a maioria dos pescadores não acreditando na adequação do período do defeso para a manutenção dos estoques pesqueiros, 55% deles respondeu acreditar que essa pausa possa trazer algum tipo de benefício para a lagoa, uma vez que o esforço de pesca é diminuído no período do inverno. Questionados sobre se o período do defeso é melhor para o peixe ou para o pescador, 65% dos entrevistados acreditam que o maior beneficiado é o pescador, que recebe o seguro desemprego neste período, enquanto outros 35% acreditam que ambos são beneficiados pois o pescador recebe um auxílio financeiro e a lagoa “descansa” (Figura 12).

Existem disparidades nas opiniões, principalmente quando o assunto é o calendário de pesca do camarão rosa e do bagre. Para a pescaria do bagre apresentou-se um consenso de que a época do defeso está errada devido a época propiciar a captura dos indivíduos em período reprodutivo. Devido a essa pescaria ser muito escassa na região de Rio Grande, ocorrendo mais ao norte da Lagoa dos Patos, como no município de São Lourenço do Sul, os

pescadores entrevistados são indiferentes à manutenção do atual período para o defeso desta espécie. A temporada de bagre normalmente começava em agosto e durava até o início de dezembro, e a pescaria acontecia na região inferior do estuário sobre os indivíduos que entravam na lagoa para se reproduzir e também nas áreas de desova localizadas na porção superior do estuário. As pescarias neste período capturavam a maior parte dos peixes com bom peso e com gônadas bem desenvolvidas. Durante os meses do verão, especialmente em fevereiro, ocorria a pesca de maneira menos intensiva que capturava os bagres durante sua migração de volta para o mar, momento do ciclo de vida no qual os machos estão realizando cuidado parental, carregando os juvenis em sua boca.

Quando o assunto é o camarão rosa a maioria dos pescadores (80%) acredita que a pesca deveria ser liberada de acordo com a disponibilidade de camarão em tamanho ideal para captura na Lagoa (Figura 12), que segundo a Portaria do IBAMA 171/98 proíbe a pesca, o transporte e a comercialização de camarões com comprimento total inferior a 90 mm.

Segundo os pescadores essa variação de ocorrência de camarão rosa existe devido a maior ou menor entrada de água salgada na Lagoa. Em anos com maior aporte de água doce vindo das cabeceiras da Lagoa dos Patos, o camarão rosa se encontra disponível em tamanho ideal de captura mais tarde do que em anos de seca. Em anos de pouca chuva a captura desses exemplares é possível, na maioria das vezes, a partir do mês de janeiro. Essa variação no aumento de captura de acordo com a salinidade pode estar relacionada à taxa de crescimento do camarão rosa ser ótima em salinidades acima de 10 PSU (Ruas *et al.*,2011).

Pela reconhecida dificuldade em se manter uma abertura de safra com data móvel, de acordo com a disponibilidade do recurso, a sugestão de 60% dos pescadores é de que a safra seja aberta no mês de janeiro ao invés de fevereiro.

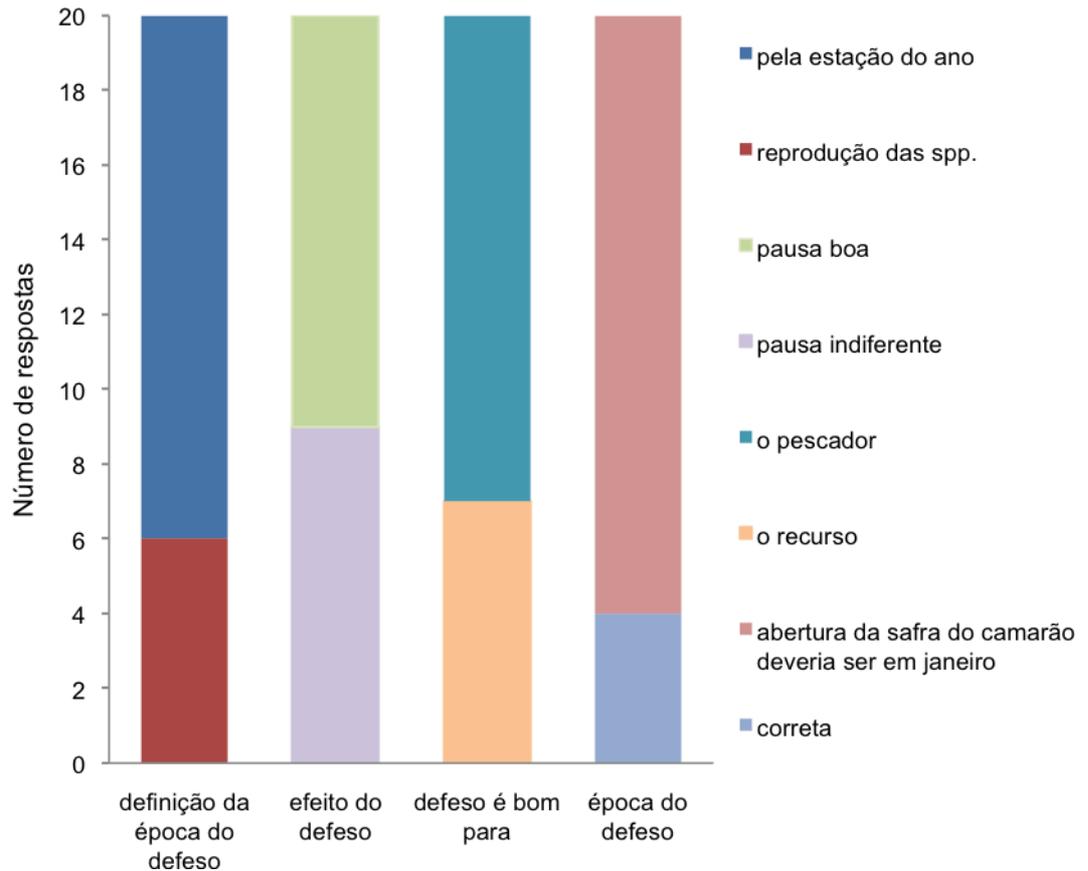


Figura 12: Opinião dos pescadores a respeito do calendário de pesca imposto pelo período de defeso.

Apesar de 95% dos pescadores entrevistados serem favoráveis à existência do período de defeso, apenas 15% deles afirmaram respeitá-lo. O desrespeito está principalmente relacionado ao período de pesca do camarão rosa, o qual é iniciado em janeiro pelos pescadores (Figura 13).

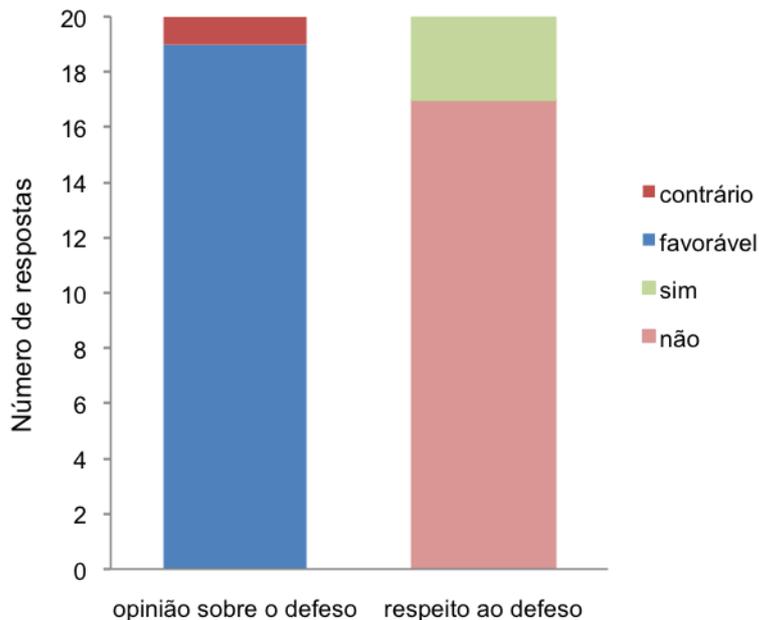


Figura 13: Opinião dos pescadores a respeito da existência do período do defeso e ao cumprimento do calendário de pesca imposto por este período.

Fato interessante é que quando perguntados diretamente se respeitam ou não o período de defeso, 90% dos pescadores da Ilha da Torotama dizem que respeitam o período contra 40% dos pescadores da Vila São Miguel. Porém, quando analisados os calendários dos meses em que realizam as pescarias, preenchidos durante as entrevistas, nota-se que apenas 15% do total de pescadores entrevistados respeitam o período de janeiro como defeso para o camarão rosa.

Os entrevistados foram questionados sobre a disparidade de informações no que se refere ao respeito do período de defeso e confirmaram que não respeitam o período de defeso sob a justificativa de a captura estar ocorrendo por parte de outros pescadores.

Tal questão remete à Teoria da Tragédia dos Comuns (Hardin,1968) que prevê a sobreexploração de recursos naturais renováveis em ambientes onde não existe controle de uso, estando relacionado ao princípio de subtrabilidade inerente aos recursos de uso comum, que preconiza que a apropriação do recurso por um indivíduo afeta a disponibilidade do mesmo

para outros indivíduos, ou seja, o peixe capturado por um pescador não poderá ser capturado por outro.

Em suma, o período de defeso no Estuário da Lagoa dos Patos não representa uma medida de conservação ambiental eficaz, uma vez que não é respeitado pela maioria dos pescadores que exercem suas atividades no local.

Para uma análise mais adequada da efetividade do período de defeso em termos ambientais é de suma importância que haja uma estatística pesqueira sistemática, contínua e atualizada, que reflita a realidade das capturas, permitindo estabelecer a relação entre esforço de pesca e produtividade. Atualmente tal necessidade não é adequadamente suprida pelos órgãos legalmente responsáveis.

Capítulo 4: Considerações Finais

A Ilha da Torotama é uma comunidade mais vulnerável às variações de renda geradas pela atividade pesqueira, uma vez que a mesma apresenta um maior nível de dependência ao seguro desemprego e uma menor capacidade de diversificação de atividades geradoras de renda para a manutenção dos seus meios de vida.

Uma maior possibilidade de diversificação de atividades geradoras de renda é encontrada na Vila São Miguel, fazendo com que essa comunidade seja mais capaz de absorver os impactos causados por situações de frustração de safra, mantendo mais estáveis seus meios de vida.

Uma vez identificado que:

1. o seguro desemprego para o pescador artesanal trata-se de um instrumento de manutenção de uma classe de trabalhadores através do complemento de renda que proporciona e não de compensação por proibição de exercício de atividade por um determinado período - que deveria ser o seu verdadeiro papel; e
2. o período de defeso no Estuário da Lagoa dos Patos não representa uma medida de conservação ambiental eficaz.

É urgente que algumas modificações nessa política sejam realizadas.

Identifica-se na questão do seguro desemprego pago ao pescador artesanal, durante o período de defeso, um dilema social de existência de classe. Para que o pescador seja caracterizado como tal pelos órgãos responsáveis pela regulamentação da atividade, o mesmo não pode exercer nenhuma atividade que não esteja relacionada com a pesca, independentemente do caráter desta atividade. Porém, o valor pago pelo governo durante os meses do defeso, apesar de essencial, na maioria das vezes não é suficiente para a manutenção das unidades familiares dos pescadores, obrigando-os a buscar outras alternativas, seja através de atividades remuneradas, seja através de atividades de manutenção de segurança alimentar.

De acordo com os resultados do presente estudo, conclui-se que a pescaria como atividade exclusiva não é suficiente para manter os meios de vida das populações tradicionais das duas comunidades avaliadas.

A vulnerabilidade das comunidades e o alto nível de dependência ao seguro desemprego se acentuam em anos que as safras são ruins. Para diminuir a vulnerabilidade é necessário diminuir a dependência ao benefício do seguro desemprego.

Para tal sugere-se:

1. Avaliar possibilidades de aumento do rendimento líquido proveniente das atividades pesqueiras, através do fortalecimento da cadeia produtiva da pesca e da capacitação dos próprios pescadores para gerenciar as atividades relacionadas a esta cadeia, agregando maior valor ao pescado. Isso pode ser alcançado com o estímulo ao beneficiamento dos produtos da pesca, incentivo a alternativas de estocagem para comercialização nos períodos de entre safras, obtendo-se assim maior valor de mercado.
2. Adequar a gestão da pesca no estuário da Lagoa dos Patos visando um rendimento máximo sustentável nas capturas, sendo necessário para tanto intensificar a fiscalização para o controle de controle de esforço de pesca, acesso ao recurso, proteção das fases importantes no ciclo de vida das espécies, e da poluição ambiental.
3. Propor alternativas e estimular uma maior diversificação de atividades econômicas dentro da unidade familiar, sem que haja a descaracterização da figura legal do pescador artesanal perante os órgão reguladores da atividade;
4. Avaliar a flexibilização legal para propiciar que o pescador artesanal possa desempenhar outras atividades, com ou sem geração de renda.

Tais possibilidades viriam a auxiliar os pescadores na manutenção da renda de suas unidades familiares, sem que os mesmos precisem abandonar a atividade pesqueira ou mesmo os seus territórios de origem.

No tocante à última sugestão, a de flexibilização legal, devido a complexidade do caso, seriam necessárias adaptações a Lei do seguro desemprego para o segurado especial, para que os pescadores artesanais pudessem exercer outras atividades tendo o direito de continuar recebendo o seguro desemprego nos períodos de defeso, desde que continuem comprovando efetivamente suas atividades na pesca de maneira contínua.

Sugere-se que se desenvolvam trabalhos de:

- mapeamento das cadeias produtivas da pesca, facilitando a agregação de valor ao pescado;
- estimativas reais de captura no estuário da Lagoa dos Patos, uma vez que os dados disponíveis além de não refletirem a realidade dos desembarques de pescado, não são apresentados de maneira exclusiva para o estuário, dificultando a gestão dos recursos pesqueiros;
- atualização periódica dos níveis de esforço de pesca no Estuário da Lagoa dos Patos para que se possa avaliar se a política de licenciamento ambiental está sendo efetiva na que se propõe.

Referências Bibliográficas

ABDALLAH, P.R. e SUMAILA, U.R. An historical account of Brazilian public policy on fisheries subsidies. *Marine Policy* 31. p. 444–450, 2007.

ALLISSON, E. H.; ELLIS, F. The livelihoods approach and management of small-scale fisheries. *Marine Policy*, n. 25, p. 377–388, 2001.

BARTUNEK, J. M. & SEO, M. Qualitative research can add new meanings to quantitative research. *Journal of Organizational Behavior*, v. 23, n.2, , mar., 2002.

BLAIKIE, P., CANNON, T. DAVIS, I. e WISNER, B., *At risk: natural hazards, people's vulnerability, and disasters*, Routledge, New York. 1994.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development*, 27(12): 2021-2044, 1999.

BECKER, A. O licenciamento ambiental da pesca e a licença a cargo da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Comentários aos artigos 23 e 27, inciso XV, da Lei n. 10.683/2003. *Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União*, Ano II, N. 9, p.11-30, 2003.

BERKES, F., MAHON, R., McCOONEY, P., POLLNAC, R., and POMEROY, R. *Managing Small-Scale Fisheries: Alternative directions and methods*. Ottawa: International Development Research Centre, 2001.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. O diagnóstico da pesca extrativa no Brasil. Brasília, nov. 2004. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/seap/>

CALDASSO, L. P. . Discutindo o Empoderamento no Manejo dos Recursos Comuns: o Caso do Fórum da Lagoa dos Patos/RS. IV ANPPAS. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Brasília, 2008. Disponível em : www.anppas.org.br/encontro4/cd/.../GT7-512-509-20080510010712.pdf

CARDOSO, E. S. Geografia e Pesca: Aportes para um modelo de gestão. *Revista do Departamento de Geografia (USP)*, São Paulo, v. 14, p. 79-88, 2001.

CHAMBERS, R. and CONWAY, G. *Sustainable Rural Livelihoods: Practical concepts for the 21st century*. Institute of Development Studies Discussion Paper 296. Brighton: Institute of Development Studies. 1992.

CEPERG/IBAMA-RS. *Desembarques de Pescado no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: IBAMA, vários volumes.

COSTA, A. A. Em busca de uma estratégia de transição para a sustentabilidade no sistema ambiental da pesca artesanal no município do Rio Grande / RS estuário da Lagoa dos Patos. Rio Grande. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) Programa de pós-graduação: mestrado em educação ambiental, FURG. 2004.

DE HAAN, L.; ZOOMERS, A. Development geography at the crossroads of livelihood and globalisation. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 94(3): 350-362, 2003.

ELLIS, F. *Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries*. Oxford: Oxford University Press. 2000.

ESTATUTO DO FÓRUM DA LAGOA DOS PATOS. Rio Grande, 1998.

FAO. Review of the state of world marine fishery resources. Food and Agriculture Organization, Rome, 235 p. 2005.

HANAZAKI, N. ; BERKES, F; SEIXAS, C.; PERONI, N. Livelihood Diversity, Food Security and Resilience among the Caicara of Coastal Brazil. *Human Ecology* 1-12, 2012.

HARDIN, G. The tragedy of the commons *Science*, Vol. 162, pp. 1243-1248, 1968.

HOLLAND, D. S. Management of artisanal fisheries: the role marine fishery reserves. *Estados Unidos. Policy Brief*, n. 11, 1995.

IBGE 2011. METODOLOGIA DAS ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS PARA 1o DE JULHO DE 2011. Disponível em :
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/metodologia.pdf>

KALIKOSKI, D.C.; VASCONCELLOS, M. C. & LAVKULICH, L. Fitting institutions to ecosystems: the case of artisanal fisheries management in the estuary of Patos Lagoon. *Marine policy* 26 (03), pp. 179-196, 2002.

KALIKOSKI, D.C. & SATTERFIELD, T. On crafting a fisheries co-management arrangement in the Patos Lagoon (Brazil). *Marine policy*, 28 (06), pp. 503-522, 2004.

KALIKOSKI, D. C. & VASCONCELLOS, M. Fishers knowledge role in the management of artisanal fisheries in the estuary of Patos Lagoon, southern Brazil. In: NEISS, B.; HAGGAN, N. (Eds.). *Putting fishers' knowledge to work*. Oxford: Blackwell, 2005.

KALIKOSKI, D. C. & VASCONCELLOS, M. Case study of the technical, socio-economic and environmental conditions of small-scale fisheries in the estuary of Patos Lagoon, Brazil: a methodology for assessment. FAO Fisheries and Aquaculture Circular. No. 1075. Roma, FAO. 190 pp., 2012.

LOBO, A. C. (org). Nas redes da pesca artesanal. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 308p, 2007.

MARCHKE, M. Livelihood in context: learning with Cambodian fishers. Dissertation for Natural Research Institute. University of Manitoba, Winnipeg, Manitoba, Canada. 2005.

MEDEIROS, R.P. Possibilidades e obstáculos a co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais: estudo de caso na área da Baía de Tijucas, litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade de Federal de Santa Catarina, UFSC. 2009.

MÖÖLER, O. O., CASTAING, P. Hydrographical characteristics of the estuarine area of Patos Lagoon (30oS, Brazil). In: PERILLO, G. M. E., PICCOLO, M. C., PINO- QUIVIRA, M. (Eds.). Estuaries of South America: their geomorphology and dynamics. Berlin (Germany): Springer, p. 83-100, 1999.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Cadernos de Pesquisas em Administração, v. 1, n.3, 2o sem., 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar: 20º Aniversário (1982-2002). s.l., 2002.

PASQUOTTO, V. F. Pesca artesanal no Rio Grande do Sul: os pescadores de São Lourenço do Sul e suas estratégias de reprodução social. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE. Projeto Lagoa dos Patos: Área Sócio- econômica. Relatório Ano I, Volume 3, 1989.

REIS, E. G., Pesca artesanal na Lagoa dos Patos, história e administração pesqueira. IN: F. N. Alves (org) Por uma história multidisciplinar do Rio Grande, p. 81- 84, 1999.

REIS E.G., D'INCAO F. The present status of artisanal fisheries of extreme southern Brazil: an effort towards community based management. Ocean and Coastal Management;43(7):585– 95, 2000

RUSSELL, B. H. Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches. Oxford. 2006

RUAS, V. M., DUMONT, L. F. & D'INCAO, F. Avaliação do tamanho de captura e estimativa de abundância do camarão-rosa *Farfantepenaeus paulensis* (Pérez Farfante 1967) no entrono da Ilha dos Marinheiros, estuário da Lagoa dos Patos, RS, Brasil. *Atlântica*, Rio Grande, 33(2) 161-172, 2011.

SCOONES, I. Sustainable Rural Livelihoods: A framework for analysis. IDS Working Paper 72. Brighton: Institute of Development Studies. 1998.

TEIXEIRA, G.S. E ABDALLAH, P. R. Política de seguro-desemprego e pesca artesanal no Brasil: em análise o estado do Rio Grande do Sul e a região da Lagoa dos Patos. In: VI Encontro de Economia Ecológica. Brasília –UNB, 2005.

TEIXEIRA, G.S. E ABDALLAH, P. R. Política de seguro-desemprego ao pescador artesanal: assistencialismo ou incentivo? In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008.

TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: XXVI Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2006, Fortaleza/CE. Anais XXVI Enegep, 2006.

(a) VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A. C.; SALES, R. R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: COSTA, A.L. (Org.). Nas redes da pesca artesanal. Brasília, DF: IBAMA, p. 15-84. 2007.

(b) VASCONCELLOS, M.; KALIKOSKI, D. C.; HAIMOVICI, M.; ABDALLAH, P. R. Capacidad excesiva del esfuerzo pesquero en el sistema estuarino-costero del sur de Brasil: efectos y perspectivas para su gestión. In: Capacidad de pesca y manejo pesquero em América Latina y el Caribe. Agüero, M. (ed.). N° 461. Roma, 403 p. 2007.